

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social**ATOS DO PODER EXECUTIVO****RESOLUÇÃO Nº64/2024-PGM****Súmula:** Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Pregão

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:**Art. 1º.** Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Pregão.**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 28 de fevereiro de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do MunicípioEDSON
ZOREK:02756516902Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.01 10:20:12 -03'00'

PREGÃO ELETRÔNICO

90059/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

[registro de preços] Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 148.118,17 (cento e quarenta e oito mil, cento e dezoito reais e dezessete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

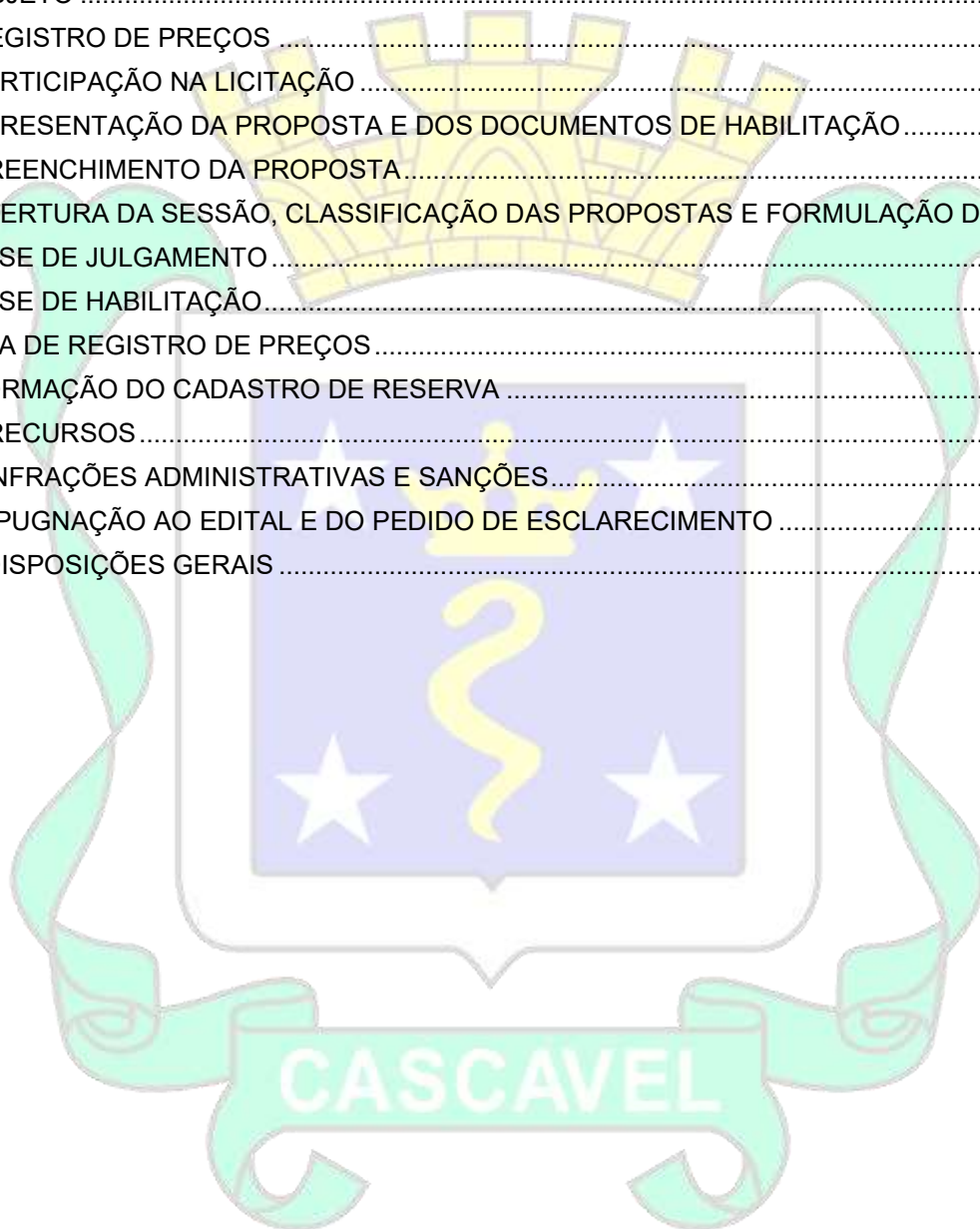
SIM /

PREGOEIRA

**ANA CAROLINE COTERLI HAK, DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO
Nº 20.381/2026**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	20
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	21
11. DOS RECURSOS	22
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26



MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026

(Processo Administrativo nº 53765/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 18.027, de 25 de Janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no EDITAL.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Anexo 1 – Relação de Itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Neste *Pregão* a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será observado:

- a. A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
- b. Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 7.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.

3.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

5.1.2. Marca;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão *retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao

pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;
- 7.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.
- 7.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado “Qualificação econômico-financeira”.
- 8.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

8.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 31 e art. 32 do Decreto nº 18.027/2024.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:
- 12.1.1 Por parte do licitante:
- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
 - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa: de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

12.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

12.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

14.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
- 14.12.2 ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
- 14.12.3 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 14.12.4 ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 14.12.5 ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.6 ANEXO VI - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.12.7 ANEXO VII - Mapa Comparativo de Preços;
- 14.12.8 ANEXO VIII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 02 de junho de 2026

ALI HASSAN HAIDAR
Secretário Municipal de Saúde

CASCABEL

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1750,00	UND	AGITADOR DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS ENDODÔNTICAS. INSTRUMENTO ROTATÓRIO OU RECIPROCANTE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, UTILIZADO PARA AGITAÇÃO DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS, FAVORECENDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA DE CANAIS RADICULARES. TAMANHO DE 20 A 25 E TAPER 04 OU 05. CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES. BR 472664	2,93	5.127,50
2	20,00	PCT	ALGINATO TIPO I - MATERIAL PARA MOLDAGEM A BASE DE ALGINATO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 410 G. CÓDIGO BR 0428490	34,85	697,00
3	15,00	UND	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL ADULTO. BR 364803	14,81	222,15
4	15,00	UND	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL INFANTIL. BR 364803	14,81	222,15
5	30,00	UND	BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL. VISCOSIDADE IDEAL PARA APLICAÇÃO. SERINGA DE NO MÍNIMO 2G COM PONTEIRA APLICADORA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. BR 413641	6,79	203,70

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6	20,00	UND	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1557 - CÓDIGO BR 403222	7,29	145,80
7	20,00	UND	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1558 - CÓDIGO BR 403223	7,45	149,00
8	300,00	UND	BROCA GATES Nº 01 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403602	8,34	2.502,00
9	10,00	UND	BROCA GATES Nº 02 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403603	9,09	90,90
10	20,00	UND	BROCA GATES Nº 03 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403604	9,15	183,00
11	5,00	UND	BROCA MAXICUT Nº 1251. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	75,17	375,85
12	5,00	UND	BROCA MAXICUT Nº 1507. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	75,63	378,15
13	5,00	UND	BROCA MAXICUT Nº 1508. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	75,17	375,85
14	15,00	UND	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 20X10X03 CM. BR 480528	73,53	1.102,95
15	15,00	UND	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 28X14X06 CM - CÓDIGO BR 0480558	190,57	2.858,55
16	15,00	UND	CALCADOR DE PAIVA Nº 03, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	13,47	202,05

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			COM CABO OITAVADO, TAMANHO 16CM. BR 420127		
17	5,00	CX	CERA 7. CAIXA COM 225G. BR 0406791	25,54	127,70
18	5,00	CX	CERA UTILIDADE, EMBALAGEM COM NO MINIMO 5 UNIDADES. CÓDIGO BR 0406785	21,92	109,60
19	20,00	KIT	CIMENTO A BASE DE RESINA PLÁSTICA EPÓXI. DEVE TER ALTA RESISTÊNCIA E RADIOPACIDADE. KIT COM SERINGA DUPLA DE AUTOMISTURA CONTENDO 1 TUBO DE PASTA A + 1 TUBO DE PASTA B COM NO MÍNIMO 15G NO TOTAL - CÓDIGO BR 432863	286,13	5.722,60
20	5,00	KIT	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL COM EUGENOL - KIT COM 1 FRASCO DE 50G: PÓ CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ACETATO DE ZINCO, RESINA NATURAL E CELULOSE E 1 FRASCO DE EUGENOL COM 20ML - BR 404549	20,79	103,95
21	5,00	KIT	CIMENTO CIRURGICO PERIODONTAL SEM EUGENOL - 1 PASTA BASE 90G E 1 PASTA CATALIZADORA 90G - CÓDIGO BR 0404545	175,86	879,30
22	15,00	KIT	CIMENTO ENDODÔNTICO OBTURADOR DE CANAIS A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, TRIÓXIDO DE BISMUTO E DIÓXIDO DE TITÂNIO COM RESINA EPÓXI. KIT COM FRASCO COM 8G DE PÓ E BISMAGA COM 9G DE RESINA. CÓDIGO BR 422806	76,93	1.153,95
23	8,00	KIT	CIMENTO REPARADOR A BASE DE MTA BRANCO. KIT COM NO MÍNIMO 1G. CÓDIGO BR 0430906	409,63	3.277,04
24	5,00	UND	CINZEL DE ALEXANDER COM PONTA ATIVA GOIVA COM CABO DE EXTRATOR, TAMANHO 4MM, COMPRIMENTO 20CM. CÓDIGO BR 0419593	101,00	505,00
25	5,00	UND	CINZEL PERIOTOMO RETO FLEXÍVEL INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL E LIGA DE COBALTO,	120,97	604,85

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			COM PONTA FLEXÍVEL E INQUEBRÁVEL. PARA O ROMPIMENTO DO PERIÓSTEO E EFETUAR A REMOÇÃO DE RAÍZES DE DENTES ANTERIORES. DIMENSÕES APROXIMADAS 6 X 10 X 4 CM - CÓDIGO BR 0601554		
26	30,00	UND	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 35, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419382*	37,85	1.135,50
27	30,00	UND	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 40, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419386*	37,85	1.135,50
28	30,00	UND	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NÚMERO 45, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419388*	37,85	1.135,50
29	20,00	CX	CONE DE GUTA ENDODONTICA 1ª SERIE (15-40), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES EM CADA CAIXA - BR 419006*	38,76	775,20
30	5,00	CX	CONE DE GUTA PERCHA 28MM COMPATÍVEL COM SISTEMA RECIPROCANTE WAVE ONE GOLD, SORTIDAS, EMBALAGEM COM 60 UNIDADES. BR 419439	81,37	406,85
31	50,00	CX	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28MM FM (FINO MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. - CODIGO BR 0419044	51,80	2.590,00
32	50,00	CX	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28MM M (MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419013	50,87	2.543,50
33	50,00	CX	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28MM R7 OU XF (EXTRA FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 423621	49,80	2.490,00
34	50,00	CX	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28MM R8 OU FF (FINO FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419184	49,43	2.471,50

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

35	5,00	CX	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 35, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. - BR 418962	48,09	240,45
36	5,00	CX	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 40, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419538*	48,31	241,55
37	10,00	CX	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 45, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419445	47,77	477,70
38	5,00	CX	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 45-80, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418997*	39,33	196,65
39	10,00	CX	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 50, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418964	49,07	490,70
40	8,00	FR	EDTA TRISSÓDICO 17% - FRASCO DE 500 ML - CÓDIGO BR 429980	84,03	672,24
41	1,00	UND	ESCALA DE COR DE DENTES DE ESTOQUE, 8 CORES. BR 275558	56,09	56,09
42	10,00	CX	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO ABCD COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CAIXA C/ 4 UNIDADES - BR 438282	27,66	276,60
43	3,00	UND	ESPÁTULA LE CRON METÁLICA ADULTO. CÓDIGO BR 0427622	19,24	57,72
44	3,00	UND	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA ALGINATO CÓDIGO BR 0426918	4,69	14,07
45	234,00	UND	FIO DE SUTURA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL ESTÉRIL (POLIGLACTINA 910) COM COBERTURA (POLIGLACTINA 370+ESTEARATO DE CÁLCIO) N°5-0 AGULHA DE ATÉ 15MM, COM NO MÍNIMO 36 UNIDADES POR CAIXA - CÓDIGO BR 0487096.	11,47	2.683,98
46	31,00	UND	FOICE DE GOLDMAN FOX N.1 - BR 419088*	19,78	613,18

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

47	10,00	UND	FOICE MC CALL 11-12 - BR 420072*	20,15	201,50
48	2,00	PCT	GESSO PEDRA TIPO III AMARELO. USO ODONTOLÓGICO. PACOTES DE 1KG DE PRODUTO GRANULADO OU MICROGRANULADO. DEVERÁ SER DE BAIXA ESPANSÃO. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. BR 428415	12,60	25,20
49	3,00	PCT	GODIVA DE BAIXA FUSÃO EM BASTÃO (PACOTES COM 15 UNIDADES). CÓDIGO BR 0416152	55,23	165,69
50	2,00	UND	GRAU DE BORRACHA GRANDE - CÓDIGO BR 0419182	10,10	20,20
51	2,00	UND	GRAU DE BORRACHA MÉDIO - CÓDIGO BR 0419183	9,12	18,24
52	10,00	FR	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% PARA USO ODONTOLÓGICO (SOLUÇÃO DE MILTON), FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 0437161	10,05	100,50
53	60,00	FR	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% DE USO ODONTOLÓGICO, FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 437156	11,96	717,60
54	20,00	JG	JOGO DE MOLDEIRAS PARA DESDENTADO - INDICADO PARA REPRODUZIR A ARCADA DE PACIENTE DESDENTADO UTILIZANDO MATERIAIS DE MOLDAGEM. EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPOSTO POR QUATRO SUPERIORES (1, 2, 3, 4) E QUATRO INFERIORES (1, 2, 3, 4). - CÓDIGO BR 0427663	279,02	5.580,40
55	2,00	UND	LAMPARINA DE USO ODONTOLÓGICO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM: INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. CÓDIGO BR 0209754*	40,55	81,10
56	150,00	CX	LIMA DE ACESSO CERVICAL. INSTRUMENTO ENDODÔNTICO ROTATÓRIO DE NÍQUEL TITÂNIO, UTILIZADO PARA O ALARGAMENTO E MODELAGEM DA PORÇÃO CERVICAL E	160,95	24.142,50

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			MÉDIA DO CANAL RADICULAR, FACILITANDO O ACESSO E A PENETRAÇÃO DAS LIMAS SUBSEQUENTES DURANTE O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES. TIP MÍNIMO DE 15 E TAPER MÍNIMO 07, TAMANHO MÍNIMO 17MM. CÓDIGO BR 608103		
57	31,00	CX	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 21MM. CÓDIGO BR 430445.	100,58	3.117,98
58	31,00	CX	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 25MM. CÓDIGO BR 430443	92,40	2.864,40
59	15,00	CX	LIMA MANUAL TIPO FLEXOFILÉ 2ª SÉRIE (45-80) COM 25 MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419473.	32,57	488,55
60	15,00	CX	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15-40) COM 25 MM DE COMPRIMENTO, EM	15,45	231,75

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418546		
61	15,00	CX	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45-80) COM 25 MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418547	15,43	231,45
62	5,00	CX	LIMA MANUAL TIPO KERR 2ª SÉRIE (45-80) COM 31MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 419497	17,93	89,65
63	15,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418574	226,46	3.396,90
64	15,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418574.	226,46	3.396,90
65	15,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418574.	226,46	3.396,90
66	10,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418569.	178,92	1.789,20
67	15,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418569.	178,92	2.683,80
68	10,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418569.	178,92	1.789,20
69	15,00	CX	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 35 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 418570.	194,06	2.910,90

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

70	4,00	UND	LOCALIZADOR APICAL ELETRÔNICO - BR 363941*	1.397,87	5.591,48
71	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427664	36,87	368,70
72	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427666	38,78	387,80
73	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427668	34,30	343,00
74	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427670.	36,88	368,80
75	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427663	37,10	371,00
76	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427665	34,04	340,40
77	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427667	34,49	344,90
78	10,00	UND	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427669	35,05	350,50
79	2,00	UND	MOTOR DE BANCADA. VELOCIDADE 35.000 RPM, TORQUE MÁXIMO DE 2,8 NCM, POTÊNCIA DE 65W, TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240V (50-60HZ) COM CORRENTE DE 3A E TENSÃO DE SAÍDA DE DC 35V - 4A (MÁX.). O EQUIPAMENTO DEVE CONTER PEDAL DE ACIONAMENTO ON/OFF, CONTROLE DE ROTAÇÃO NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO, CANETA PM COM CARVÃO, MOTOR S1 COM CANETA TIPO PM (COMPATÍVEL COM PEÇA RETA) E MOTOR S1 COM CANETA TIPO CA PADRÃO E-TYPE (COMPATÍVEL COM CONTRA-ÂNGULO). BR 628803	1.636,97	3.273,94
80	5,00	UND	PASTA ZINCOENÓLICA. 1 PASTA CATALIZADORA E 1 PASTA BASE. KIT COM NO MÍNIMO 120G. BR 0428740	60,62	303,10
81	47,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 15-40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 441916.	38,14	1.792,58

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

82	31,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45-80 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 441916.	38,14	1.182,34
83	200,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 25 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418993.	50,15	10.030,00
84	200,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 30 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418990.	52,91	10.582,00
85	20,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 35 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418992.	34,38	687,60
86	20,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418996.	37,96	759,20
87	20,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 45 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418997.	35,06	701,20
88	10,00	CX	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 50 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418994.	37,56	375,60
89	10,00	CX	PONTAS MULTIUSO PARA LIMPEZA, FRICÇÃO E IRRIGAÇÃO 25 MM COM CÂNULA RÍGIDA DE CALIBRE 30GA, CORPO RÍGIDO E FLEXIBILIDADE NA PONTA E PESCOÇO ANGULADO PARA ACESSO DE CANAIS RADICULARES. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES. CÓDIGO BR: 442132.	130,90	1.309,00
90	10,00	UND	PROPILENOGLICOL - FRASCO COM 20 ML - CÓDIGO BR 0360853	8,68	86,80
91	1,00	UND	RÉGUA DE FOX - CÓDIGO BR 0426156	83,53	83,53
92	1,00	UND	RÉGUA DE WILLIS - CÓDIGO BR 0427597	46,57	46,57
93	5,00	UND	RÉGUA ENDODÔNTICA CALIBRADORA PLÁSTICA, AUTOCLAVÁVEL, DIMENSÕES 85,5X15X3MM - BR 418842	41,02	205,10

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

94	5,00	UND	SOLVENTE DE GUTA PERCHA EUCALIPTOL, EMBALAGEM - FRASCO DE 10ML - BR 429586*	19,31	96,55
95	5,00	UND	SONDA MILIMETRADA PCP 15 MM EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. CÓDIGO BR 0431608	61,60	308,00
96	5,00	UND	SONDA NABERS - BR 436594*	37,98	189,90
97	100,00	PCT	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL, PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC, PONTA FINA, MACIA, ATÓXICA, COLORIDO, VAZADA E COM ARAME EM AÇO ESPECIAL PARA FIXAÇÃO NA POSIÇÃO DESEJADA. PACOTE COM 20 UNIDADES CADA. - BR 406292	21,73	2.173,00
Valor Total Geral: R\$ 148.118,17 (cento e quarenta e oito mil, cento e dezoito reais e dezessete centavos)					

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

67
1.

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Processo Administrativo nº 53765/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de **Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 17.634 de 27 de junho de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses com base no artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Não será admitida cotação em quantidade inferior ao máximo previsto do item.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 Considerando que o objeto de contratação deve estar previsto, inteiramos que a presente demanda está no planejamento atual da Secretaria Municipal de Saúde do município de Cascavel, sob a intenção nº 306/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, as justificativas para a não aplicação de critérios diferenciados encontram pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Para essa aquisição, através de Pregão Eletrônico, verificou-se que não será necessária a aplicação de critérios diferenciados, por se tratar de objeto comum.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Não será aplicado para esta contratação a indicação de marca ou modelo, considerando que o objeto a ser licitado não possui processo de padronização, conforme preconiza o art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há vedação de marca ou produto nesta contratação, conforme prevê o art. 41, III, da lei 14.133.

Da exigência de amostra

4.4. Inicialmente, será dispensada a exigência de amostras, visto que serão adotados outros meios para a seleção de cada item, como por exemplo, a análise do descritivo do produto, análise do registro do produto, análise da ficha técnica/catálogo, dentre outros que a comissão de análise julgar indispensáveis, podendo ainda, a qualquer momento, ser solicitado ao proponente o envio de amostra caso a equipe avaliadora julgue necessário para alcançar os objetivos da análise desta contratação.

Caso seja necessária a convocação de amostra:

4.5. Em caso da necessidade de convocação de amostra de algum dos itens dessa contratação, a mesma deverá ser entregue no prazo de 05 dias úteis a contar da data da convocação no seguinte endereço:

CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos
Avenida Itelo Webber, nº 361
CEP 85.804-810
Bairro Santos Dumont

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

69
1.

Cascavel/PR

De segunda-feira à sexta-feira

Horário: 7h00 às 17h00 (*horário estendido somente p/entrega de amostras*)

Telefone do local de recebimento: (45) 3392-6583

e-mail: caficascavel@gmail.com

- A)** Caso seja convocada a amostra, a empresa classificada provisoriamente deverá enviar amostra em quantidade mínima de 01 unidade, caso a comissão julgue necessário será solicitada mais amostras até o número máximo de três unidades por item;
- B)** A solicitação de amostra visa garantir que o produto ofertado atenda as especificações descritas no Edital de Licitação, especialmente quanto à qualidade, desempenho e funcionalidade, uma vez que será utilizado diretamente na boca do paciente, abrangendo todas as faixas etárias, portanto a qualidade do produto é de extrema importância para evitar a ocorrência de eventos adversos;
- C)** Em caso de convocação, as amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item;
- D)** Quando um licitante for o vencedor provisoriamente, de vários itens do mesmo modelo (para a mesma finalidade), apenas de tamanho diferente, e que seja da mesma marca, poderá ser enviada amostra de somente de um dos itens;
- E)** As amostras devem vir acondicionadas em embalagem lacrada (caixa ou envelope) com identificação externa do número do pregão, lote, número do item e nome da empresa licitante;
- F)** A empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela área técnica acarretará em desclassificação do licitante;
- G)** É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;
- H)** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;
- I)** Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas;
- J)** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;
- K)** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo próximo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;
- L)** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;
- M)** As amostras aprovadas ficarão armazenadas até o vencimento da ata/contrato, e deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento da ata/contrato não ocorrendo o recolhimento poderão ser descartadas pela

Administração, sem direito a ressarcimento. Quanto às amostras reprovadas deverão ser retiradas na CAFI, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a homologação do pregão, após esse prazo, o Município não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos. Findo o prazo aludido, a Administração providenciará o descarte das amostras;

- N) Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio; quando for o caso.

Dos critérios da análise de amostra (caso haja convocação)

4.6 Ficam estabelecidas as seguintes características, critérios e métodos que deverão ser comprovados e empregados na análise da amostra:

- I. As amostras serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas exigidas para o(s) objeto(s) licitado(s), considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam, sendo que será verificado se as amostras contemplam os pré-requisitos constantes nos descritivos de cada item no edital;
- II. Quando for o caso, poderá ser utilizada água para verificar se as tampas vedam de forma adequada os frascos, sem que ocorra vazamento; Fita métrica para conferir as medidas dos produtos; Papel para verificar o corte dos produtos; Balança para verificação do peso do produto, além de outros acessórios, caso seja necessário, para a conferência do material que será analisado;
- III. Quanto a análise das embalagens dos produtos, será verificada a manutenção do produto até o momento de sua utilização e a viabilidade da abertura do produto.

Da justificativa do pedido de amostra (caso haja convocação)

4.7. A fase de análise de amostra é de suma importância para pregões licitados de forma eletrônica, pois dessa maneira é possível reduzir o risco da entrega de um produto que não atenda o descritivo e trazer diversos transtornos a esta Municipalidade. Deste modo, fica evidente que sem a análise de amostras não seria possível a convocação de novas empresas e o Município teria diversos transtornos, como por exemplo, uma possível falta de mercadoria, atendimento de baixa qualidade aos usuários do sistema de saúde do Município, além de diversos transtornos administrativos a fim de cobrar e penalizar a empresa contratada. Além disso, podemos citar que a análise de amostras trouxe vantagem ao Município em outras oportunidades, no qual empresas encaminharam amostras para análise que não condiziam com o solicitado no edital, sendo necessárias novas convocações de empresas, que tivessem materiais de acordo com solicitado no edital.

Da justificativa legal para o pedido de amostras

4.8. A justificativa legal para o pedido de amostra encontra-se amparada na **Lei 14.133/2021 art.41 inc.II**. Que passamos a transcrever:

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

Lei 14.133/2021 Art. 17.

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

4.8.1 Destaca-se que a avaliação de amostras, é uma opção para assegurar a eficácia da contratação. Pois se exclui o risco do fornecedor entregar um produto que não atenda o descritivo, o que poderá gerar prejuízos ao município, pois haverá ônus com horas/trabalho dos servidores envolvidos, será necessária abertura de processo administrativo, realização de um novo processo, além do risco da falta do produto.

Quanto ao descritivo

4.9. Havendo divergências entre as especificações dos objetos cadastradas no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET (CATMAT) e as contidas neste documento, Edital e no mapa de preços, prevalecerão as descrições destes últimos.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Cadastro Reserva

4.12. Para o presente processo deverá ocorrer a convocação dos participantes para manifestação de interesse em Formação de Cadastro Reserva, conforme disposto no art. 82, inciso VII, §5º e art. 90, §2º, bem como, seguindo os moldes do art. 18 do Decreto Municipal 18.027/2023.

Análise dos catálogos, folders, fichas técnicas

4.13. Ficam estabelecidas as seguintes características, critérios e métodos que deverão ser observados na análise dos catálogos, folders, fichas técnicas:

- I. A análise será realizada pela equipe técnica, formada por profissionais da Saúde Bucal em datas conforme a disponibilidade dos anexos solicitados em sessões de convocação realizadas pelos Pregoeiros responsáveis.
- II. Os catálogos, folders, fichas técnicas e propostas serão submetidos à análise, na qual serão avaliadas as especificações técnicas exigidas para o(s) objeto(s) licitado(s), considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam, sendo que será verificado se os catálogos, folders e, ou fichas técnicas, contemplam as informações de marca, modelo, apresentação, medidas, peso, quantidades, composição, ambos quando couber, pré-requisitos constantes nos descritivos de cada item no edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho, com **entrega parcelada**.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos
Avenida Ítalo Webber, nº 361
CEP-85.804-810
Bairro Santos Dumont
Cascavel/PR
De segunda-feira à sexta-feira
Horário: 07:h00 às 13h00
Telefone do local de recebimento: (45) 3392-6583
e-mail: caficascavel@gmail.com

5.3. Para ocorrer o efetivo recebimento pela CAFI, os produtos deverão apresentar no mínimo **75% (setenta e cinco por cento) do seu prazo de validade a partir da data de ENTREGA**.

5.4. Em hipótese nenhuma será tolerado atrasos sem justificativa coerente prévia.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

73
1.

5.5. Para cada empenho, será aceito até **no máximo 04 (quatro) lotes** de fabricação de um mesmo produto. Essa condição contribui no controle de estoque durante o recebimento, armazenamento e distribuição.

5.6. Caso ultrapasse **04 (quatro) lotes** de fabricação, somente será aceito mediante autorização expressa emitida pelo Fiscal ou Gestor do Contrato.

Quanto às exigências das embalagens:

5.7. Todos os objetos deverão ser entregues com a embalagem lacrada, podendo incorrer na não aceitação do objeto caso a embalagem demonstre ter sido avariada ou aberta.

5.8. Para todos os itens, cada embalagem de transporte deverá conter apenas um tipo de material, deverá estar devidamente lacrada e constar externamente a quantidade da mesma. Cada embalagem de transporte deverá conter apenas um tipo de produto, deverá estar devidamente lacrada e constar externamente a quantidade da mesma e lote. Caso esta embalagem de transporte esteja com o quantitativo diferente da caixa-padrão da marca cotada, deverá apresentar um lacre diferenciado para facilitar a conferência.

5.9. Os produtos deverão ser entregues após o recebimento da nota de empenho expedida pela secretaria requisitante, no endereço mencionado no edital e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias, passíveis de penalidade conforme o edital.

5.10. Podem não ser recebidos produtos que, após confirmação e averiguação técnica, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.

5.11. As entregas dos produtos deverão ter notas fiscais distintas, ou seja, as notas fiscais deverão estar de acordo com a nota de empenho, constando número do pregão, número do contrato ou ata de registro de preços, número da nota de empenho, tipo de produto entregue, nome da marca, número do lote, valor unitário e total. Estas informações deverão estar dispostas lado a lado para facilitar a conferência. O número do lote do produto deve ser especificado por quantidade de produto entregue.

5.12. Caberá à equipe de fiscalização do contrato atestar a realização dos serviços executados, mediante a conferência da Nota Fiscal, dos relatórios apresentados pela contratada e controles próprios.

5.13. Em caso de não conformidade da Nota Fiscal, ou do serviço executado, o fiscal deverá devolver a Nota Fiscal à contratada para as devidas correções ou notificá-la das inconformidades observadas quanto aos serviços executados, ficando o pagamento condicionado à regularização da Nota Fiscal ou dos serviços pendentes.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.14. Todos os equipamentos e materiais odontológicos presentes nesta contratação deverão ter manual de instrução em português e estar acompanhados por qualquer outro documento que o fiscal julgue necessário, a fim de receber a mercadoria adequadamente e de acordo com o solicitado no Edital, bem como todos os itens devem possuir garantia de assistência técnica, ou de substituição do produto quando for o caso, pelo período mínimo de 12 meses a contar da data de entrega na CAFI – Central de Abastecimento Farmacêuticos e Insumos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis** de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 24 (vinte e quatro) horas, contado do início do recebimento provisório.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **08 (oito) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar, e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Critérios Referentes à Apresentação da Proposta

8.2. As propostas deverão conter a descrição de cada um dos produtos cotados, observadas as mesmas especificações constantes no Termo de Referência, de forma clara e específica, bem como preço unitário e total detalhados em planilha, incluindo os elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as características dos itens, bem como as informações de marca e fabricante.

8.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.3.1. A proposta deverá apresentar identificação da empresa constando Razão Social, CNPJ, endereço completo, endereço de correio eletrônico e TELEFONE;

8.3.2. O endereço de correio eletrônico mencionado acima poderá ser utilizado para as convocações para assinatura de ata e envio de empenhos e demais comunicações referentes ao processo.

8.3.3. A proposta deverá ser apresentada pela Denominação Comum Brasileira (DCB), bem como do(s) princípio(s) ativo(s), quando for o caso. Deverá obedecer às especificações técnicas constantes no termo de referência e conter:

- Número do item;
- Quantidade;
- Apresentação (ex: bisnaga, kit, jogo, unidade, caixa);
- Descritivo do produto - deve ser igual consta no descritivo do edital;
- Marca, nome fantasia, se houver;
- Modelo;
- Fabricante;
- Preço unitário;
- Preço total do item.
- Embalagem primária e secundária a ser fornecida (ex.: caixa com 50 unidades, caixa com 100 unidades);
- Número completo do Registro do item o na ANVISA, quando couber;
- Assinatura;
- Carimbo;
- Data.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

81
1.

8.3.4. Nos preços propostos deverão estar incluídas além do lucro todas as despesas diretas e indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, como: tributos, fretes, seguros, montagem se necessário, instalação se solicitado, entrega técnica se solicitado, treinamento de operacionalização se solicitado e todas as demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

8.3.5. Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise.

8.3.6. Com a apresentação de proposta de preços fica entendido que a proponente, sob sua responsabilidade, tomou conhecimento sobre todas as condições para o fornecimento.

8.3.7. A apresentação da Proposta de Preços pelo licitante implica na aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e no Termo de Referência.

8.3.8. Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias. O prazo leva em consideração o lapso temporal entre o período de elaboração do processo e o período do trâmite legal para a sua conclusão, o qual poderá acabar se prolongando mais que o esperado.

8.3.9. Apenas serão aceitos preços unitários e totais com até 2 (duas) casas decimais.

8.4. Todas as empresas classificadas provisoriamente com menor preço, deverão encaminhar junto com as propostas, os seguintes documentos:

8.4.1. Registro ou Declaração de Notificação Simplificada do MATERIAL / EQUIPAMENTO ou Dispensa de registro do MATERIAL / EQUIPAMENTO para os produtos para saúde não regularizados como dispositivos médicos, emitida pela ANVISA, quando couber, conforme Lei nº 6.360 de 23 de Setembro de 1976 e o Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013. A consulta realizada no site da ANVISA constar a data e que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias. O Registro do Produto anexado na plataforma compras.gov.br deverá corresponder com o apresentado na proposta. Deverá ser encaminhado junto à proposta final, ao pregoeiro, pelo (s) licitante (s) classificado (s) provisoriamente em primeiro lugar. Estando o registro vencido, o Licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará a inabilitação do Licitante.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

82
1.

Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

8.4.2. Cópia da Ficha Técnica ou catálogo do MATERIAL / EQUIPAMENTO, a qual deverá conter todas as informações referentes ao equipamento para a verificação da compatibilidade do item com as especificações do objeto licitado e conseqüente aceitação da proposta, aonde devem constar todas as informações técnicas do objeto licitado, para análise e validação dos mesmos pelos membros da Comissão de Avaliação de Materiais, Artigos Odonto-Médicos Hospitalares e Insumos avaliem se os equipamentos ofertados atendem ao solicitado no Edital;

I. Caso a comissão de análise e/ou fiscais julguem necessário, poderá ser solicitado da empresa qualquer outro documento referente aos itens presentes nessa aquisição, com a finalidade de apurar e comprovar que as especificações dos objetos ofertados atendem ao Edital.

II. Para fins de celeridade e eficiência na fase de julgamento das propostas e análise técnica (habilitação técnica), justifica-se a necessidade de que os catálogos/folders e os Registros junto à ANVISA, enviados pelas licitantes conttenham destaque claro (marcação, sublinhado, destaque de cor ou numeração, por meio de marca-texto, circulação, ou marcação digital) indicando o item exato que está sendo ofertado, em conformidade com o descritivo deste ETP e do Termo de Referência, considerando que esta licitação conta com diversos itens similares.

- a. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- b. Se o item apresentado pelo primeiro classificado não for aceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
- c. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- d. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso

Forma de fornecimento

- e. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

f. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

g. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

h. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

i. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

j. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

k. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

l. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

m. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

n. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

o. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

p. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

q. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

r. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

s. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

t. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

u. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

v. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

w. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

☒ Será exigida a qualificação econômico-financeira abaixo relacionada com o objetivo de garantir a qualidade, continuidade e o cumprimento contratual da empresa em face dos contratos celebrados com o ente público. É também neste momento que será demonstrado se a empresa detém condição financeira estável e suficiente para cumprir com o que fora pactuado com o município.

y. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

z. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

- I. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
- II. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

8.5. A exigência da qualificação técnica tem como objetivo atestar que as empresas participantes do processo licitatório possuem condições técnicas de executar o objeto da licitação, com o objetivo de assegurar a qualidade e a garantia de execução do objeto contratado pela Administração Pública.

8.5.1. Tratando-se de aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos que envolvem a saúde da população e com a função de aumentar a segurança e a garantia para a administração de que o objeto licitado será executado em sua plenitude, a qualificação técnica assume importância. Diante disso, é através dessa comprovação que se verificam as condições do licitante para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato. Considerando a especificidade dos materiais, as características de mercado, e as políticas públicas, a aquisição dos referidos itens, se dará através de licitação, na

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

86
1.

modalidade Pregão Eletrônico, sendo esta a solução de mercado para suprimento dessa demanda.

Para esta contratação, deverá a empresa interessada apresentar:

8.6. Os produtos deste processo, materiais e equipamento odontológicos, se classificam como bens comuns, conforme a Lei 14.133/21, sendo necessária exigência de alguns requisitos e legislações quanto ao tipo dos produtos. Para tanto, serão exigidos alguns documentos, conforme elencados a seguir:

- a) **Licença Sanitária:** Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente da empresa licitante para a atividade desenvolvida pela empresa ou se a mesma estiver em processo de renovação, anexar a Licença Sanitária vencida junto com o protocolo de renovação da mesma.
- b) **Certificado de Regularidade Técnica:** Cópia de comprovante de registro em conselho profissional. Esse documento tem o propósito de demonstrar a capacidade operacional do licitante na execução de serviços similares, considerando a complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação.

I - Licença Sanitária:

Lei nº 5.991/1973

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e **Correlatos**, e dá outras Providências.

CAPÍTULO V
Do Licenciamento

Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e **correlatos** será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei.

DECRETO Nº 74.170/1974

Regulamenta a Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e **correlatos**.

CAPÍTULO IV
Do Licenciamento

Art. 14. O comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e **correlatos**, seja sob a forma de dispensação, distribuição, representação, importação ou exportação, somente poderá ser exercido por estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados do Distrito Federal e dos Territórios, em

87
1.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

conformidade com o disposto na Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, neste Regulamento e na legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos.

RESOLUÇÃO SESA Nº 1034/2020

Define o grau de risco sanitário das atividades econômicas, regulamenta os procedimentos para o licenciamento sanitário no Estado do Paraná e dá outras providências.

XIII. – Licença Sanitária: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Alto Risco à operacionalização de atividade específica sujeita ao licenciamento sanitário.

XIV. – Licença Sanitária Simplificada: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Médio Risco à operacionalização de atividade econômica específica sujeita ao licenciamento sanitário, sem a realização de vistoria prévia, e que contém a informação "Licença Sanitária Emitida de Forma Simplificada".

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.156/2022

Dispõe sobre o processo de licenciamento sanitário considerando a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e dá outras providências.

X - Licença Sanitária: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Alto Risco à operacionalização de atividade específica sujeita ao licenciamento sanitário.

XI - Licença Sanitária Simplificada: documento emitido de forma automática pela Prefeitura Municipal de Cascavel que autoriza o estabelecimento classificado como Médio Risco à operacionalização de atividade econômica específica sujeita ao licenciamento sanitário, sem a realização de vistoria prévia. Esta também poderá ser emitida, quando necessário, pelo fiscal da Vigilância Sanitária de modo prévio à inspeção via sistema informatizado do Município de Cascavel. A identificação "Licença Sanitária Simplificada" aparecerá no cabeçalho ou no campo "Observações".

LEI Nº 6.360/1976

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e **Correlatos**, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

CAPÍTULO VIII

Da Autorização das Empresas e do Licenciamento dos Estabelecimentos

Art. 51 - O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.

DECRETO Nº 8.077/2013

Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

88
1.

vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

8.7. Caso a revalidação da licença de funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170/74 ou legislação sanitária local, devidamente comprovada através de cópia autenticada do Diário Oficial.

II - Certificado de Regularidade Técnica:

Lei nº 14.133/2021:

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 67: ~~A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:~~

~~I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;~~

~~II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;~~

~~III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.~~

~~V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;~~

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO IV

Dos requisitos técnicos para importadores, distribuidores, armazenadores, transportadores, exportadores e fracionadores

Art. 28. Os importadores, distribuidores, armazenadores, transportadores e exportadores de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, ~~produtos para higiene pessoal~~, perfumes e saneantes e fracionadores de insumos farmacêuticos, deverão apresentar as informações gerais e cumprir os requisitos técnicos a seguir relacionados, os quais serão avaliados na inspeção pela autoridade sanitária local competente:

I - informações gerais:

e) ~~comprovação do registro de responsabilidade técnica realizada pelo profissional legalmente habilitado junto ao respectivo conselho de classe.~~

8.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições referentes à participação de cooperativas

8.10. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.10.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.10.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.10.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.10.4. O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

8.10.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.10.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.10.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$148.118,17 (cento e quarenta e oito mil, cento e dezoito reais e dezessete centavos)**, conforme custos unitários apostos na requisição em anexo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no

mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.4.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) **Dotação:** 418

II) **Órgão:** Secretaria Municipal de Saúde

III) **Unidade:** Fundo Municipal de Saúde

IV) **Ação:** -2599 - Manter os atendimentos previstos nos Programas de Assistência Odontológica, bem como renovar a aparelhagem utilizada, visando a maximização do atendimento odontológico municipal.

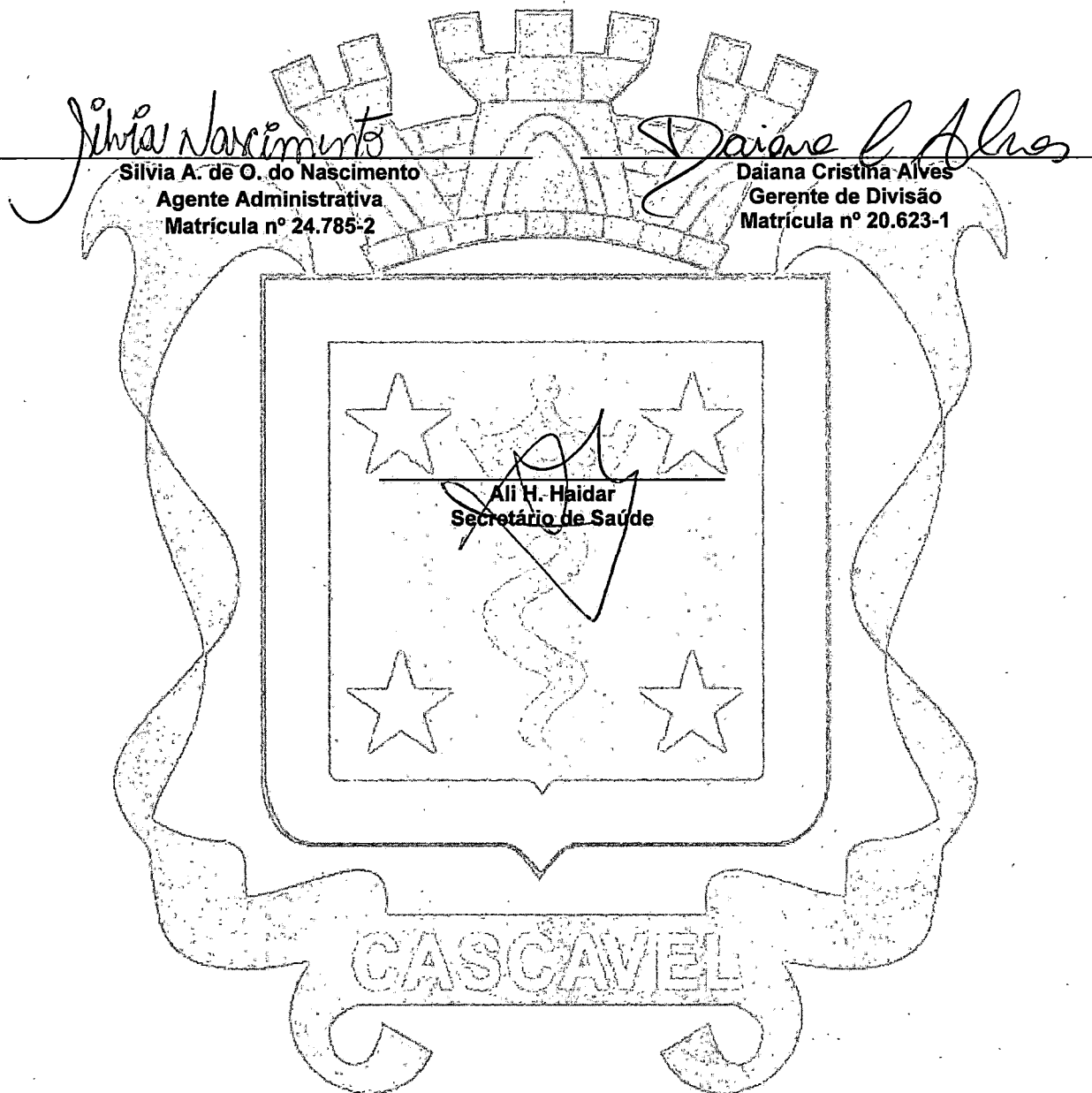
V) **Vínculo:** 00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

VI) **Subelemento:** 3.339.030.100.000.000.000 - Material odontológico

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

91
1

Cascavel, 10 de abril de 2026.



ANEXO I

(Processo Administrativo n.º 53765/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte-PODERÃO-se beneficiar do regime de tributação pelo Simples-Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO':

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

I. Não-haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

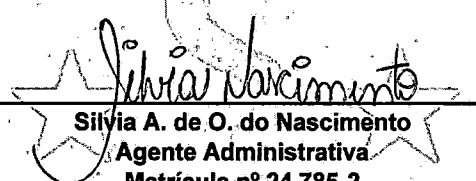
4.5. O órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Servidor	Matrícula	Cargo / Lotação	Função
Tainah Aite da Silva	36.707-1	Agente Administrativa	Gestor de Contrato
Cristiane B. da S. Ludgero	25.752-2	Atendente de Serviços em Saúde -CAFI	Suplente de Gestor de Contrato
Shady A.Yassine	25.220-1	Gerente Saúde Bucal - SESAUI	Fiscal de Contrato
Jaine Belloni de Assis	27.265-1	Enfermeira	Suplente de Fiscal de Contrato

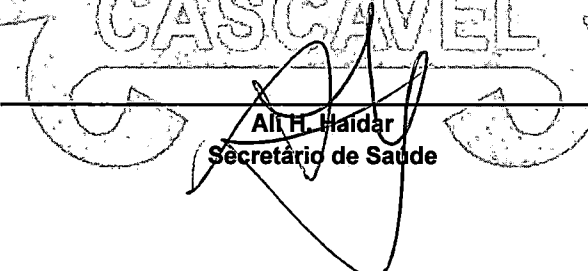
Cascavel, 14 de abril de 2026.

Elaborado por:



Sílvia A. de O. do Nascimento
Agente Administrativa
Matrícula nº 24.785-2

Ciente,



Ali H. Haidar
Secretário de Saúde

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Item: _____

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

**RESOLUÇÃO Nº69/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada da Ata de Registro de Preços

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 19 de março de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município
EDSON
ZOREK:02756516902

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.20 07:57:18 -03'00'

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **Sr. Ali Hassan Haidar**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 e pelo Prefeito do Município de Cascavel, **Sr. Renato Silva**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 18.027, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

2. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação nº/20...**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 5.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; e

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

5.9. A adesão pelo Município à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo Federal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações e acompanhado de pesquisa prévia comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em conformidade com o art. 23 do Decreto 18.027/2024, até o limite do quantitativo original e proporcionalmente ao período de prorrogação da ata.

6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

9.2.2. De órgão participante para órgão não participante.

9.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 36 do Decreto nº 18.027 de 2024.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

9.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 10.1.1. for liberado;
- 10.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 10.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.1.4. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 10.1.6. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 29, deste Decreto; ou
- 10.1.7. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 10.4.1. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 28 e no §4º do art. 29, do Decreto nº 18.027/2024;
- 10.4.2. pelo decurso do prazo de vigência;
- 10.4.3. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

10.4.4. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

10.4.5. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALI HASSAN HAIDAR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCATEL
RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social

ATOS DO PODER EXECUTIVO**RESOLUÇÃO Nº68/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Contrato – Aquisições

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada de Contrato – Aquisições

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 19 de março de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município

EDSON
ZOREK:027565169
02

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.20 07:56:16
-03'00'

Modelo de Termo de Contrato - Aquisições – Licitação

Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 53765/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL/PR E
.....

O Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Ali Hassan Haidar, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 e pelo Prefeito do Município de Cascavel, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominados CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciada

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a)
na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.5. Nos casos em que a prorrogação automática de que trata o item 2.2 for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas".

OU

2.6. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a)
prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.7. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.8. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.9. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Corregedoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Secretaria ou Unidade Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALI HASSAN HAIDAR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

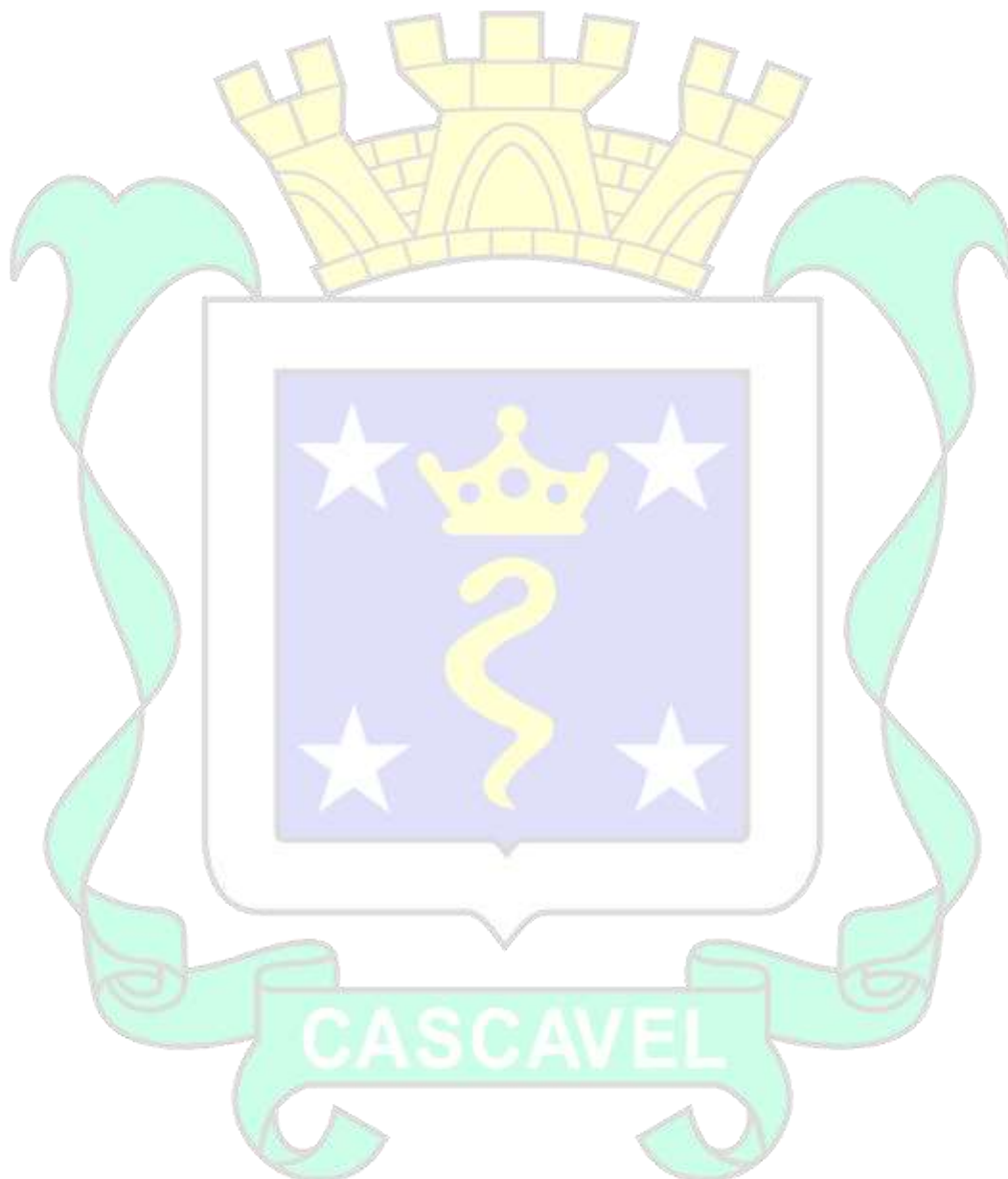
MUNICÍPIO DE CASCATEL
RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade a aquisição de **Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal**.

Tendo em vista a complexidade envolvida nas ações de Saúde que são executadas no Município de Cascavel pelas Unidades e Serviços de Saúde, esta Secretaria busca garantir as ações necessárias à promoção, prevenção, recuperação/reabilitação e manutenção da saúde da população, assegurando assim, uma assistência humanizada e de melhor qualidade. Para isso, é imprescindível a disponibilização de materiais odontológicos, para que possa ser garantido o atendimento especializado para esses pacientes.

Assim, para a assistência dos pacientes que utilizam os serviços oferecidos pela odontologia e demais atendimentos é imprescindível e essencial que sejam disponibilizados todos os produtos solicitados, pois a falta desses materiais dificulta a realização do procedimento de maneira adequada, e em alguns casos, impossibilita que seja realizado, fato que pode implicar em prejuízo à saúde dos pacientes com agravamento do estado de saúde e baixa eficiência no atendimento. Além disso, a falta do produto, item, ou serviço acarretaria na suspensão dos atendimentos odontológicos deste Município.

Todos os materiais odontológicos citados são considerados instrumentos de trabalho, diretamente ligados com os procedimentos a serem realizados pelos cirurgiões dentistas e suas equipes auxiliares. Destaca-se que de acordo com o gerente de saúde bucal, a gestão em saúde bucal do Município de Cascavel é reconhecida a nível estadual e nacional pela otimização dos recursos e aplicabilidade assertiva nos serviços, e a disponibilização de produtos é fundamental para que isso continue acontecendo.

Considerando a importância de ter esses itens em estoque e a oscilação no consumo desses materiais, optou-se por realizar essa licitação pelo **Sistema de Registro de Preços**, para o período de doze meses.

2 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

32
1.

Através do Sistema de Registro de Preços – SRP (Art.78 da NLLC), caracterizado como procedimento auxiliar das licitações, a presente licitação tem por objeto a Aquisição de **Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal** e o objetivo desta solicitação é dar continuidade ao fornecimento do mesmo, que por último, foi contemplado pelo Pregão 04/2025.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, não se enquadrando, dessa forma, como sendo bens de luxo, conforme Decreto nº 17.634 de 27 de junho de 2023.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses com base no artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

Modalidade: Pregão eletrônico.

O presente Processo Licitatório será regido pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Adoção: Sistema de Registro de Preço – SRP (a administração pública encontra amparo para a adoção do SRP no art. 3º do Decreto nº 18027/24, conforme descrito a seguir: V – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, critério de julgamento: Menor Preço, prazo de entrega e prazo de vigência da ata de registro de preço.

2.1- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1.1 Será adotado o seguinte critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, conforme previsto na Lei 14.133/2021:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I – menor preço;

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

2.1.2 O que significa dizer que, na Nova Lei de Licitações e Contratos, não basta que a proposta do licitante seja a mais econômica, ela somente será a mais vantajosa se o proponente também atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Edital de Licitação, promovendo assim a viabilidade da contratação:

2.1.3 O quantitativo solicitado para os itens foi informado e conferido pelo responsável pelo controle de estoque do referido material na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, de acordo com cálculos e projeções realizados pelo mesmo, conforme DFD.

2.2- DO DESCRITIVO

Havendo divergências entre as especificações dos objetos cadastrados no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET (CATMAT) e as contidas neste documento, na relação de itens do edital, no mapa de preços e no Termo de Referência, prevalecerão às descrições destes últimos.

2.3- DA INSTALAÇÃO, DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

As empresas fornecedoras dos materiais deverão ser responsáveis pela troca, substituição ou reposição de materiais entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com o solicitado conforme a descrição deste ETP e do termo de referência.

A substituição de materiais defeituosos deverá ser feita por outro produto novo sem custo adicional para a contratante.

2.4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

2.4.1. A licitante deverá manter seus dados de contato atualizados na proposta e junto ao Município e enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) A proposta deverá apresentar identificação da empresa, constando Razão Social, CNPJ, endereço completo, contato telefônico e endereço de correio eletrônico;

b) O endereço de correio eletrônico da licitante mencionado acima poderá ser utilizado para as convocações para assinatura de ata, envio de empenhos e demais comunicações referentes ao processo;

c) A proposta deverá ser apresentada pela Denominação Comum Brasileira (DCB), bem como do (s) princípio (s) ativo(s), quando for o caso. Deverá obedecer às especificações técnicas constantes no termo de referência e conter TODAS as informações a seguir:

- Número do item;
- Quantidade;
- Apresentação (ex.: kit, jogo, unidade, caixa)
- Embalagem primária e secundária a ser fornecida (ex.: caixa com 50 unidades, caixa com 100 unidades);
- Descritivo do produto - deve ser igual consta no descritivo do edital;
- Marca, nome fantasia, se houver;
- Modelo;
- Fabricante;
- Preço unitário;
- Preço total do item;
- Número completo do Registro do Produto na ANVISA, quando couber;
- Assinatura;
- Carimbo;
- Data.

d) A proposta deve apresentar o número do Registro junto à ANVISA para cada item, quando couber, e este número de registro deve ser o mesmo da cópia do registro anexado bem como o mesmo que constar no catálogo apresentado;

e) Nos preços propostos deverão estar incluídas além do lucro todas as despesas diretas e indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, como: tributos, fretes, seguros, montagem se necessário, instalação se solicitado, entrega técnica se solicitado, treinamento de operacionalização se solicitado e todas as demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto;

f) Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise;

g) Com a apresentação de proposta de preços fica entendido que a proponente, sob sua responsabilidade, tomou conhecimento sobre todas as condições para o fornecimento;

h) A apresentação da Proposta de Preços pela licitante implica na aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e no Termo de Referência.

- 2.4.2. **Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias.** O prazo leva em consideração o lapso temporal entre o período de elaboração do processo e o período do trâmite legal para a sua conclusão, o qual poderá acabar se prolongando mais que o esperado.
- 2.4.3. Para fins de julgamento, serão considerados preços unitários com até **02 (duas) casas decimais.**
- 2.4.4. Todas as empresas classificadas provisoriamente com menor preço, deverão encaminhar junto com as propostas, os seguintes documentos:

a) Registro ou Declaração de Notificação Simplificada do MATERIAL / EQUIPAMENTO ou Dispensa de registro do MATERIAL / EQUIPAMENTO para os produtos para saúde não regularizados como dispositivos médicos, emitida pela ANVISA, quando couber, conforme Lei nº 6.360 de 23 de Setembro de 1976 e o Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013. A consulta realizada no site da ANVISA constar a data e que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias. O Registro do Produto anexado na plataforma compras.gov.br deverá corresponder com o apresentado na proposta e o que constar no catálogo. Deverá ser encaminhado junto à proposta final, ao pregoeiro, pelo (s) licitante (s) classificado (s) provisoriamente em primeiro lugar. Estando o registro vencido, o Licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará a inabilitação do Licitante.

Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

b) Cópia da Ficha Técnica ou catálogo do MATERIAL / EQUIPAMENTO, a qual deverá conter todas as informações referentes ao material / equipamento, marca, modelo, medidas, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações do objeto licitado e conseqüente aceitação da proposta, aonde devem constar todas as informações técnicas do objeto licitado, para análise e validação dos mesmos pelos membros da Comissão de Avaliação de Materiais, Artigos Odonto-Médicos Hospitalares e Insumos avaliam se os equipamentos ofertados atendem ao solicitado no Edital;

c) Caso a comissão de análise e/ou fiscais julguem necessário, poderá ser solicitado da empresa qualquer outro documento referente aos itens presentes nessa aquisição, com a finalidade de apurar e comprovar que as especificações dos objetos ofertados atendem ao Edital.

35
1.

d) Para fins de celeridade e eficiência na fase de julgamento das propostas e análise técnica (habilitação técnica), justifica-se a necessidade de que os catálogos/folders e os Registros junto à ANVISA, enviados pelas licitantes contenham destaque claro (marcação, sublinhado, destaque de cor ou numeração, por meio de marca-texto, circulação, ou marcação digital) indicando o item exato que está sendo ofertado, em conformidade com o descritivo deste ETP e do Termo de Referência, considerando que esta licitação conta com diversos itens similares.

2.5 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NAS PROPOSTAS

2.5.1. Caso ocorra empate nas propostas, será realizada análise com base no número de ocorrências registradas no Relatório de Ocorrências Ativas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme **Art. 60, inciso II, da Lei 14.133/2021**:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

2.6 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **Licença Sanitária**: Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente da empresa licitante para a atividade desenvolvida pela empresa ou se a mesma estiver em processo de renovação, anexar a Licença Sanitária vencida junto com o protocolo de renovação da mesma.
- b) **Certificado de Regularidade Técnica**: Cópia de comprovante de registro em conselho profissional. Esse documento tem o propósito de demonstrar a capacidade operacional do licitante na execução de serviços similares, considerando a complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação.

2.6.1. Justificativa referente à exigência da Qualificação Técnica:

2.6.1.1 **LICENÇA SANITÁRIA**

a) **Lei nº 5.991 de 17 de Dezembro de 1973**

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e **Correlatos**, e dá outras Providências.

Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei.

b) **Decreto Nº 74.170 De 10 de Junho De 1974**

Regulamenta a Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e **correlatos**.

Art. 14. O comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, seja sob a forma de dispensação, distribuição representação, importação ou

exportação, somente poderá ser exercido por estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com o disposto na Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, neste Regulamento e na legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos.

c) Resolução SESA Nº 1034/2020

Define o grau de risco sanitário das atividades econômicas, regulamenta os procedimentos para o licenciamento sanitário no Estado do Paraná e dá outras providências.

XIII – Licença Sanitária: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Alto Risco à operacionalização de atividade específica sujeita ao licenciamento sanitário.

XIV – Licença Sanitária Simplificada: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Médio Risco à operacionalização de atividade econômica específica sujeita ao licenciamento sanitário, sem a realização de vistoria prévia, e que contém a informação "Licença Sanitária Emitida de Forma Simplificada".

d) Decreto Municipal nº 17.156 de 12 de novembro de 2022

Dispõe sobre o processo de licenciamento sanitário considerando a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e dá outras providências.

X - Licença Sanitária: documento emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária do Sistema Único de Saúde que habilita o estabelecimento classificado como Alto Risco à operacionalização de atividade específica sujeita ao licenciamento sanitário.

XI - Licença Sanitária Simplificada: documento emitido de forma automática pela Prefeitura Municipal de Cascavel que autoriza o estabelecimento classificado como Médio Risco à operacionalização de atividade econômica específica sujeita ao licenciamento sanitário, sem a realização de vistoria prévia. Esta também poderá ser emitida, quando necessário, pelo fiscal da Vigilância Sanitária de modo prévio à inspeção via sistema informatizado do Município de Cascavel. A identificação "Licença Sanitária Simplificada" aparecerá no cabeçalho ou no campo "Observações".

e) Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e **Correlatos**, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

Art. 51. O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.

f) Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013

Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos

31
1.
produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Art. 15. A ação de vigilância sanitária implicará a fiscalização de todos produtos de que trata este Decreto, inclusive os isentos de registro, os estabelecimentos de fabricação, distribuição, armazenamento e venda, e os veículos destinados ao transporte dos produtos, para garantir o cumprimento das boas práticas e das exigências da legislação vigente.

2.6.1.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE TÉCNICA

a) Lei nº 14.133/2021:

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

b) RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO IV

Dos requisitos técnicos para importadores, distribuidores, armazenadores, transportadores, exportadores e fracionadores.

Art. 28. Os importadores, distribuidores, armazenadores, transportadores e exportadores de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos para higiene pessoal, perfumes e saneantes e fracionadores de insumos farmacêuticos, deverão apresentar as informações gerais e cumprir os requisitos técnicos a seguir relacionados, os quais serão avaliados na inspeção pela autoridade sanitária local competente:

I – informações gerais:

e) comprovação do registro de responsabilidade técnica realizada pelo profissional legalmente habilitado junto ao respectivo conselho de classe.

2.7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

2.7.1. Inicialmente, será dispensada a exigência de amostras, visto que serão adotados outros meios para a seleção de cada item, como por exemplo, a análise do descritivo do produto, análise do registro do produto, análise da ficha técnica/catálogo, dentre outros que a comissão de análise julgar indispensáveis, podendo ainda, a qualquer momento, ser solicitado ao proponente o envio de

amostra caso a equipe avaliadora julgue necessário para alcançar os objetivos da análise desta contratação.

2.7.2. CASO SEJA NECESSÁRIA A CONVOCAÇÃO DE AMOSTRA:

- A) Em caso da necessidade de convocação de amostra de algum dos itens dessa contratação, a mesma deverá ser entregue no prazo de 05 dias úteis a contar da data da convocação no seguinte endereço:

CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos

Avenida Ítelo Webber, nº 361

CEP 85.804-810

Bairro Santos Dumont

Cascavel/PR

De segunda-feira à sexta-feira

Horário: 7h00 às 17h00 (horário estendido somente p/entrega de amostras)

Telefone do local de recebimento: (45) 3392-6583

e-mail: caficascavel@gmail.com

- B) Caso seja convocada a amostra, a empresa classificada provisoriamente deverá enviar amostra em quantidade mínima de 01 unidade, caso a comissão julgue necessário será solicitada mais amostras até o número máximo de três unidades por item;
- C) A solicitação de amostra visa garantir que o produto ofertado atenda as especificações descritas no Edital de Licitação, especialmente quanto à qualidade, desempenho e funcionalidade, uma vez que será utilizado diretamente na boca do paciente, abrangendo todas as faixas etárias, portanto a qualidade do produto é de extrema importância para evitar a ocorrência de eventos adversos;
- D) Em caso de convocação, as amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item;
- E) Quando um licitante for o vencedor provisoriamente, de vários itens do mesmo modelo (para a mesma finalidade), apenas de tamanho diferente, e que seja da mesma marca, poderá ser enviada amostra de somente de um dos itens;
- F) As amostras devem vir acondicionadas em embalagem lacrada (caixa ou envelope) com identificação externa do número do pregão, lote, número do item e nome da empresa licitante;
- G) A empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela área técnica acarretará em desclassificação do licitante;
- H) É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

- I) No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;
- J) Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas;
- K) Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;
- L) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo próximo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;
- M) Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;
- N) As amostras aprovadas ficarão armazenadas até o vencimento da ata/contrato, e deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento da ata/contrato não ocorrendo o recolhimento poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento. Quanto às amostras reprovadas deverão ser retiradas na CAFI, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a homologação do pregão, após esse prazo, o Município não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos. Findo o prazo aludido, a Administração providenciará o descarte das amostras;
- O) Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

2.7.3. DOS CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE AMOSTRA (caso haja convocação)

2.7.3.1. Ficam estabelecidas as seguintes características, critérios e métodos que deverão ser comprovados e empregados na análise da amostra:

- I. As amostras serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas exigidas para o(s) objeto(s) licitado(s), considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam, sendo que será verificado se as amostras contemplam os pré-requisitos constantes nos descritivos de cada item no edital;
- II. Quando for o caso, poderá ser utilizada água para verificar se as tampas vedam de forma adequada os frascos, sem que ocorra vazamento; Fita métrica para conferir as medidas dos produtos; Papel para verificar o corte dos produtos; Balança para verificação do peso do produto, além de outros acessórios, caso seja necessário, para a conferência do material que será analisado;

- III. Quanto à análise das embalagens dos produtos, será verificada a manutenção do produto até o momento de sua utilização e a viabilidade da abertura do produto.

2.7.4. DA JUSTIFICATIVA DO PEDIDO DE AMOSTRA (caso haja convocação)

2.7.4.1. A fase de análise de amostra é de suma importância para pregões licitados de forma eletrônica, pois dessa maneira é possível reduzir o risco da entrega de um produto que não atenda o descritivo e trazer diversos transtornos a esta Municipalidade. Deste modo, fica evidente que sem a análise de amostras não seria possível a convocação de novas empresas e o Município teria diversos transtornos, como por exemplo, uma possível falta de mercadoria, atendimento de baixa qualidade aos usuários do sistema de saúde do Município, além de diversos transtornos administrativos a fim de cobrar e penalizar a empresa contratada. Além disso, podemos citar que a análise de amostras trouxe vantagem ao Município em outras oportunidades, no qual empresas encaminharam amostras para análise que não condiziam com o solicitado no edital, sendo necessárias novas convocações de empresas, que tivessem materiais de acordo com solicitado no edital.

2.7.5. DA JUSTIFICATIVA LEGAL PARA O PEDIDO DE AMOSTRAS

2.7.5.1. A justificativa legal para o pedido de amostra encontra-se amparada na **Lei 14.133/2021 art.41 inc.II**. Que passamos a transcrever:

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

Lei 14.133/2021 Art. 17.

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

2.7.5.2. Destaca-se que a avaliação de amostras, é uma opção para assegurar a eficácia da contratação. Pois se exclui o risco do fornecedor entregar um produto que não atenda o descritivo, o que poderá gerar prejuízos ao município, pois haverá ônus com horas/trabalho dos servidores envolvidos, será necessária abertura de processo administrativo, realização de um novo processo, além do risco da falta do produto.

2.8. DA ENTREGA DO OBJETO

2.8.1. A entrega do objeto deverá ocorrer no seguinte endereço e horário:

CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos
Avenida Ítelo Webber, nº 361
CEP 85.804-810

41

Bairro Santos Dumont
Cascavel/PR
De segunda-feira à sexta-feira
Horário: 7h00 às 13h00
Telefone do local de recebimento: (45) 3392-6583
e-mail: caficascavel@gmail.com

2.8.2. Prazo de entrega do objeto:

2.8.2.1. O prazo de entrega do objeto será de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho, com **ENTREGA PARCELADA**.

- 2.8.3.** Para ocorrer o efetivo recebimento pela contratante, o prazo de validade dos produtos na data da ENTREGA não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 2.8.4.** Os produtos deverão ser entregues após o recebimento da nota de empenho expedida pela secretaria requisitante, no endereço mencionado no edital e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias, passíveis de penalidades conforme edital.
- 2.8.5.** Não serão recebidos produtos que, após confirmação e averiguação técnica no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.
- 2.8.6.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.8.7.** As entregas dos produtos deverão ter notas fiscais distintas, ou seja, as notas fiscais deverão estar de acordo com a nota de empenho, constando número do pregão, número do contrato ou ata de registro de preços, se houver número da nota de empenho, tipo de produto entregue, nome da marca, número do lote, valor unitário e total. Estas informações deverão estar dispostas lado a lado para facilitar a conferência. O número do lote do produto deve ser especificado por quantidade de produto entregue.
- 2.8.8.** Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta.
- 2.8.9.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 2.8.10.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 2.8.11.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

42
1.

2.8.12. Poderão ser exigidos pelos fiscais do contrato, durante toda a execução da Ata de Registro de preços/contrato, os seguintes documentos: Licença Sanitária e registro do produto na ANVISA juntamente com as notas fiscais.

2.9- DAS EMBALAGENS

2.9.1. Todos os objetos deverão ser entregues com a embalagem lacrada, podendo incorrer na não aceitação do objeto caso a embalagem demonstre ter sido avariada ou aberta.

2.9.2. Quanto às exigências das embalagens, nos produtos deverão constar: nome comercial, apresentação, data de fabricação e data de vencimento.

2.9.3. Cada embalagem de transporte deverá conter apenas um tipo de material, devendo estar devidamente lacrada e constar externamente a quantidade da mesma e o lote. Caso esta embalagem de transporte esteja com o quantitativo diferente da caixa padrão da marca cotada, deverá apresentar um lacre diferenciado para facilitar a conferência.

2.9.4. Serão aceitos produtos com no máximo quatro lotes distintos para a Nota de Empenho.

2.9.5. Não serão recebidos produtos que, após confirmação e averiguação técnica, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.

2.10- DA SUBCONTRATAÇÃO

2.10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

2.11- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

2.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e observar as disposições e critérios da Instrução Normativa nº 01/2024 - SEPLAG que, quanto à aquisição de bens, devem-se respeitar os seguintes critérios:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, com materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2.12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.12.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

2.12.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

43
1,

2.12.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

2.12.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

2.12.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

2.12.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2.13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.13.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

2.13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

2.13.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

2.13.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.13.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

2.13.8. Manter a contratante seus dados de contato (e-mail, telefones, endereço, etc) atualizados junto ao Município de Cascavel/Pr.

2.14- DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

2.14.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens comuns e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

2.15. DOS ORÇAMENTOS

2.15.1. A pesquisa de valores para a confecção do Mapa Comparativo de Preços teve como referência a Norma Operacional nº 08/2019, elaborada pelo Departamento Planejamento, Gestão e Finanças e revisada em 17/01/2020, que diz sobre a formação do preço de referência nas licitações de medicamentos, bem como a I.N. nº 006/2020, da SEPLAG.

2.15.2. O Mapa Comparativo de Preços Pesquisados foi elaborado através de uma ampla pesquisa de preços, totalizando diversos sites de pesquisas. Constam impressas e

anexas ao Mapa Comparativo de Preços pesquisas realizadas no Painel de Preços da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html), no Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Access>) em ATAS e páginas da internet.

- 2.15.3. A pesquisa no Banco de Preços pago foi realizada utilizando-se dos códigos CATMAT ou dos descritivos disponíveis no banco, desde que abrangessem todas as especificações contidas nos descritivos utilizados pelo Município de Cascavel, com período da pesquisa estendido de até no máximo 12 meses e quando não localizado valor no estado do Paraná, a pesquisa estendeu-se para todo país, desde que os preços estivessem de acordo com o praticado no mercado.
- 2.15.4. Quanto às cotações que possuem variações, cabe dizer que as mesmas foram analisadas uma a uma, e aceitas quando ainda coerentes com o valor praticado no mercado com o intuito de formar preços praticáveis.
- 2.15.5. Em relação aos códigos CATMAT, todos foram conferidos no catálogo do Compras.gov.br e estavam ativos. Ressalta-se que os códigos BR / CATMAT quando não encontrado idênticos aos dos materiais solicitados, são utilizados os que mais se aproximam dos descritivos dos itens que estão no processo, desde que os preços sejam compatíveis com os produtos que foram cotados. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes no Termo de Referência do Edital, prevalecerão as encontradas no Termo de Referência.

2.16. DA ANÁLISE DOS CATÁLOGOS, FOLDERS, FICHAS TÉCNICAS

- 2.16.1. Ficam estabelecidas as seguintes características, critérios e métodos que deverão ser observados na análise dos catálogos, folders, fichas técnicas:

- I. A análise será realizada pela equipe técnica, formada por profissionais da Saúde Bucal em datas conforme a disponibilidade dos anexos solicitados em sessões de convocação realizadas pelos Pregoeiros responsáveis.
- II. Os catálogos, folders, fichas técnicas e propostas serão submetidos à análise, na qual serão avaliadas as especificações técnicas exigidas para o(s) objeto(s) licitado(s), considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam, sendo que será verificado se os catálogos, folders e, ou fichas técnicas, contemplam as informações de marca, modelo, apresentação, medidas, peso, quantidades, composição, ambos quando couber, pré-requisitos constantes nos descritivos de cada item no edital.

3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)

- 45
- 1.
- a. No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo possui somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

- 4.1. Com base nas opções de mercado a forma mais viável para esta municipalidade é a aquisição dos bens, objeto deste estudo, com produtos já disponíveis no mercado através do sistema de registro de preços (SRP). Destaca-se que a aquisição via SRP traz benefícios para a Administração, uma vez que ela solicitará os materiais conforme a necessidade do setor requisitante.
- 4.2. Além disso, a aquisição dos produtos comumente conhecidos e utilizados nos diferentes serviços de saúde dentro e fora do município, assim como clínicas, hospitais, laboratórios, cujo padrão de fabricação atende a necessidade de um número muito grande do mercado comercial, tende a ser mais econômica, nesse sentido, uma vez levantada a existência do item que atende a necessidade do Município e que o mesmo é comercializado, afirma-se que é viável a compra do mesmo.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

5.1. Os itens presentes nesse estudo possuem caráter de bens comuns, conforme dispõe o art. 2º, inciso II do Decreto 17.634/23.

II – bem de qualidade comum: bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

III – bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

- a) *Durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;*
- b) *Fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irreversível ou com perda de sua identidade;*
- c) *Perecibilidade: sujeito à modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou perda de suas condições de uso com decorrer do tempo;*
- d) *Incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal;*
- e) *Transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem.*

46
1.

IV – elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a varia percentual da renda média.

5.2. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão. Para os bens a serem adquiridos existe um número diversificado de fornecedores existentes no mercado nacional, que oferecem materiais dentro da qualidade que podem se objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

5.3. Com base nas opções de mercado a forma mais viável para esta municipalidade é a aquisição dos bens objeto deste estudo com produtos já disponíveis no mercado através do sistema de registro de preços (SRP). Destaca-se que a aquisição via SRP traz benefícios para a Administração, uma vez que ela solicitará os materiais conforme a necessidade do setor requisitante.

5.4. Além disso, a aquisição dos produtos comumente conhecidos e utilizados em demais unidades de processamento de roupas, cujo padrão de fabricação atende a necessidade de um número muito grande do mercado comercial tende a ser mais econômica.

5.5. A realização de Pregão eletrônico – SRP justifica-se tendo em vista que pelas características dos produtos, há a necessidade de compras freqüentes e também levando em consideração as seguintes vantagens: agilidade das aquisições, redução de custos, inexistência de grandes estoques, inexistência de desembolso financeiro para formação de estoques, menor necessidade de espaços físicos para estocagem, além de não ser possível definir previamente o quantitativo exato dos produtos a ser demandado.

5.6. A Secretaria de Saúde informa que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços encontra amparo, no art. 82, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, principalmente, no inciso V do artigo 3 do Decreto nº 18.027/2024, pois, por mais que a Secretaria de Saúde tenha históricos e previsões de demanda dos itens que objetivam esta contratação, não se é possível prever com plena exatidão qual a quantidade total a ser adquirida, isto devido a sazonalidade de demanda que as Unidades e Serviços de Saúde estão sujeitas, visto que o consumo desses produtos ligados a quantidade de procedimentos e atendimentos realizados pelos profissionais da Saúde, e isso depende ao estado de saúde dos pacientes/população, sendo esta uma variável imprevisível, tornando-se assim vantajoso a esta Municipalidade a utilização deste sistema de contratação e evidencia-se a forma mais viável para a reposição dos estoques da Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos – CAFI, e posteriormente envio para as Clínicas Odontológicas do Município.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).

6.1. A composição de quantitativos dos itens deste processo está disposta em planilha abaixo. Para o cálculo da quantidade de cada item foi realizada uma análise técnica individual de eventos (como substituição de equipamentos avariados e abertura de novas Unidades de Saúde ou ampliação das equipes de atendimento bucal), pelo gerente da Divisão de Saúde Bucal – Shady A. Yassine, e o quantitativo final visa garantir que não haverá descontinuidade dos atendimentos previstos até a finalização do processo subsequente.

6.2. O quantitativo solicitado bem como, o consumo e os itens foram informados pela Enfermeira responsável pelo controle de estoque do referido material na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, de acordo com cálculos e projeções realizados por ela, conforme DFD.

67
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
1	AGITADOR DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS ENDODÔNTICAS. INSTRUMENTO ROTATÓRIO OU RECIPROCANTE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, UTILIZADO PARA AGITAÇÃO DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS, FAVORECENDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA DE CANAIS RADICULARES. TAMANHO DE 20 A 25 E TAPER 04 OU 05. CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES. BR 472664	UND	*	-
2	ALGINATO TIPO I - MATERIAL PARA MOLDAGEM A BASE DE ALGINATO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 410 G. CÓDIGO BR 0428490	PCT	*	-
3	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL ADULTO. BR 364803	UND	*	-
4	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL INFANTIL. BR 364803	UND	*	-
5	BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL. VISCOSIDADE IDEAL PARA APLICAÇÃO. SERINGA DE NO MÍNIMO 2G COM PONTEIRA APLICADORA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. BR 413641	UND	*	-
6	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1557 - CÓDIGO BR 403222	UND	*	-
7	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1558 - CÓDIGO BR 403223	UND	*	-
8	BROCA GATES Nº 01 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403602	UND	*	-
9	BROCA GATES Nº 02 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403603	UND	*	-
10	BROCA GATES Nº 03 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403604	UND	*	-
11	BROCA MAXICUT Nº 1251. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	-
12	BROCA MAXICUT Nº 1507. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	-
13	BROCA MAXICUT Nº 1508. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	-
14	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 20X10X03 CM	UND	*	-
15	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 28X14X06 CM - CÓDIGO BR 0480558	UND	*	-

48
1,

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
16	CALCADOR DE PAIVA Nº 03, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL COM CABO OITAVADO, TAMANHO 16CM. BR 420127	UND	*	-
17	CERA 7. CAIXA COM 225G. CÓDIGO BR 0406791	CX	*	-
18	CERA UTILIDADE, EMBALAGEM COM NO MINIMO 5 UNIDADES. CÓDIGO BR 0406785	CX	*	-
19	CIMENTO A BASE DE RESINA PLÁSTICA - EPÓXI. DEVE TER ALTA RESISTÊNCIA E RADIOPACIDADE. KIT COM SERINGA DUPLA DE AUTOMISTURA CONTENDO 1 TUBO DE PASTA A + 1 TUBO DE PASTA B COM NO MÍNIMO 15G NO TOTAL - CÓDIGO BR 432863	KIT	*	-
20	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL COM EUGENOL - KIT COM 1 FRASCO DE 50G: PÓ CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ACETATO DE ZINCO, RESINA NATURAL E CELULOSE E 1 FRASCO DE EUGENOL COM 20ML - BR 404549	KIT	*	-
21	CIMENTO CIRURGICO PERIODONTAL SEM EUGENOL - 1 PASTA BASE 90G E 1 PASTA CATALIZADORA 90G - CÓDIGO BR 0404545	KIT	*	-
22	CIMENTO ENDODÔNTICO OBTURADOR DE CANAIS A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, TRIÓXIDO DE BISMUTO E DIÓXIDO DE TITÂNIO COM RESINA EPÓXI. KIT COM FRASCO COM 8G DE PÓ E BISNAGA COM 9G DE RESINA. CÓDIGO BR 422806	KIT	*	-
23	CIMENTO REPARADOR A BASE DE MTA BRANCO. KIT COM NO MÍNIMO 1G. CÓDIGO BR 0430906	KIT	*	-
24	CINZEL DE ALEXANDER COM PONTA ATIVA GOIVA COM CABO DE EXTRATOR, TAMANHO 4MM, COMPRIMENTO 20CM. CÓDIGO BR 0419593	UND	*	-
25	CINZEL PERIOTOMO RETO FLEXIVEL - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL E LIGA DE COBALTO, COM PONTA FLEXÍVEL E INQUEBRÁVEL. PARA O ROMPIMENTO DO PERIOSTEO E EFETUAR A REMOÇÃO DE RAIZES DE DENTES ANTERIORES. DIMENSOES APROXIMADAS 6 X 10 X 4 CM - CÓDIGO BR 0601554	UND	*	-
26	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 35, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419382	UND	*	-
27	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 40, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419386	UND	*	-
28	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NÚMERO 45, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419388	UND	*	-
29	CONE DE GUTA ENDODONTICA 1ª SERIE (15-40), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES EM CADA CAIXA - CÓDIGO BR 419006	CX	1	12
30	CONE DE GUTA PERCHA 28MM COMPATÍVEL COM SISTEMA RECIPROCANTE WAVE ONE GOLD, SORTIDAS, EMBALAGEM COM 60 UNIDADES. BR 419439	CX	*	-

49
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
31	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM FM (FINO MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. - CODIGO BR 0419044	CX	3	36
32	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM M (MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419013	CX	*	-
33	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R7 OU XF (EXTRA FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 423621	CX	*	-
34	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R8 OU FF (FINO FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419184	CX	*	-
35	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 35, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418992	CX	*	-
36	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 40, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419538	CX	*	-
37	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 45, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419445	CX	*	-
38	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 45-80, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418997	CX	*	-
39	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA- PERCHA NÚMERO 50, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418964	CX	*	-
40	EDTA TRISSÓDICO 17% - FRASCO DE 500 ML - CÓDIGO BR 432427	FR	*	-
41	ESCALA DE COR DE DENTES DE ESTOQUE - CÓDIGO BR 427722	UND	*	-
42	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO ABCD COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CAIXA C/ 4 UNIDADES - BR 438282	CX	*	-
43	ESPÁTULA LE CRON METÁLICA ADULTO. CÓDIGO BR 0427622	UND	*	-
44	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA ALGINATO - CÓDIGO BR 0426918	UND	*	-
45	FIO DE SUTURA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL ESTÉRIL (POLIGLACTINA 910) COM COBERTURA (POLIGLACTINA 370+ESTEARATO DE CÁLCIO) COMPRIMENTO APROXIMADO DE 70 CM, N°5-0 AGULHA CILÍNDRICA 1/2 CÍRCULO DE ATÉ 15MM , COM NO MÍNIMO 36 UNIDADES POR CAIXA - CÓDIGO BR 0487096	UND	15	180
46	FOICE DE GOLDMAN FOX N.1 - CÓDIGO BR 419088	UND	2	24
47	FOICE MC CALL 11-12 - CÓDIGO BR 420072	UND	*	-
48	GESSO PEDRA TIPO III AMARELO. USO ODONTOLÓGICO. PACOTES DE 1KG DE PRODUTO GRANULADO OU MICROGRANULADO. DEVERÁ SER DE BAIXA ESPANSÃO. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. BR 428417	PCT	*	-
49	GODIVA DE BAIXA FUSÃO EM BASTÃO (PACOTES COM 15 UNIDADES). CÓDIGO BR 0416152	PCT	*	-
50	GRAU DE BORRACHA GRANDE - CÓDIGO BR 0419182	UND	*	-

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
51	GRAU DE BORRACHA MÉDIO - CÓDIGO BR 0419183	UND	*	-
52	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% PARA USO ODONTOLÓGICO (SOLUÇÃO DE MILTON), FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 0437161	FR	*	-
53	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% DE USO ODONTOLÓGICO, FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 437156	FR	*	-
54	JOGO DE MOLDEIRAS PARA DESDENTADO - INDICADO PARA REPRODUZIR A ARCADA DE PACIENTE DESDENTADO UTILIZANDO MATERIAIS DE MOLDAGEM. EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPOSTO POR QUATRO SUPERIORES (1, 2, 3, 4) E QUATRO INFERIORES (1, 2, 3, 4). - CÓDIGO BR 0427663	KIT	*	-
55	LAMPARINA DE USO ODONTOLÓGICO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM: INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. CÓDIGO BR 0209754	UND	*	-
56	LIMA DE ACESSO CERVICAL. INSTRUMENTO ENDODONTICO ROTATÓRIO DE NÍQUEL TITÂNIO, UTILIZADO PARA O ALARGAMENTO E MODELAGEM DA PORÇÃO CERVICAL E MÉDIA DO CANAL RADICULAR, FACILITANDO O ACESSO E A PENETRAÇÃO DAS LIMAS SUBSEQUENTES DURANTE O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES. TIP MÍNIMO DE 15 E TAPER MÍNIMO 07, TAMANHO MÍNIMO 17MM.	CX	*	-
57	LIMA ENDODONTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 21MM. CÓDIGO BR 0430445.	CX	2	24
58	LIMA ENDODONTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 25MM.	CX	2	24
59	LIMA MANUAL TIPO FLEXOFIL 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419473 .	CX	*	-
60	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15-40) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418546	CX	*	-

50
1

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
61	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418547	CX	*	-
62	LIMA MANUAL TIPO KERR 2ª SÉRIE (45-80) COM 31MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 419497	CX	*	-
63	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574	CX	*	-
64	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	*	-
65	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	*	-
66	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	-
67	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	-
68	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	-
69	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 35 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418570.	CX	*	-
70	LOCALIZADOR APICAL ELETRÔNICO - CÓDIGO BR 363941	UND	*	-
71	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427664	UND	*	-
72	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427666	UND	*	-
73	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427668	UND	*	-
74	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427670	UND	*	-
75	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427663	UND	*	-
76	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427665	UND	*	-
77	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427667	UND	*	-
78	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427669	UND	*	-

51
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
79	MOTOR DE BANCADA. VELOCIDADE 35.000 RPM, TORQUE MÁXIMO DE 2,8 NCM, POTÊNCIA DE 65W, TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240V (50-60HZ) COM CORRENTE DE 3A E TENSÃO DE SAÍDA DE DC 35V - 4A (MÁX.). O EQUIPAMENTO DEVE CONTER PEDAL DE ACIONAMENTO ON/OFF, CONTROLE DE ROTAÇÃO NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO, CANETA PM COM CARVÃO, MOTOR S1 COM CANETA TIPO PM (COMPATÍVEL COM PEÇA RETA) E MOTOR S1 COM CANETA TIPO CA PADRÃO E-TYPE (COMPATÍVEL COM CONTRA-ÂNGULO). BR 628803	UND	*	-
80	PASTA ZINCOENÓLICA. 1 PASTA CATALIZADORA E 1 PASTA BASE. KIT COM NO MÍNIMO 120G. - CÓDIGO BR 0428740	UND	*	-
81	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 15-40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	3	36
82	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45-80 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	2	24
83	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 25 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	*	-
84	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 30 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	*	-
85	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 35 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418992.	CX	*	-
86	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418996.	CX	*	-
87	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 45 (28 MM), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418997	CX	*	-
88	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 50 (28 MM), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418994.	CX	*	-
89	PONTAS MULTIUSO PARA LIMPEZA, FRICÇÃO E IRRIGAÇÃO 25 MM COM CÂNULA RÍGIDA DE CALIBRE 30G, CORPO RÍGIDO E FLEXIBILIDADE NA PONTA E PESCOÇO ANGULADO PARA ACESSO DE CANAIS RADICULARES. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES. CÓDIGO BR: 442132.	CX	*	-
90	PROPILENOGLICOL - FRASCO COM 20 ML - CÓDIGO BR 0360853	UND	*	-
91	RÉGUA DE FOX - CÓDIGO BR 0426156	UND	*	-
92	RÉGUA DE WILLIS - CÓDIGO BR 0427597	UND	*	-
93	RÉGUA ENDODÔNTICA CALIBRADORA PLÁSTICA, AUTOCLAVÁVEL, DIMENSÕES 85,5X15X3MM - BR 418842	UND	*	-

52
1.

63
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apresentação	CONSUMO MENSAL	CONSUMO MENSAL X 12 MESES
94	SOLVENTE DE GUTA PERCHA EUCALIPTOL, EMBALAGEM - FRASCO DE 10ML - CÓDIGO BR 0429586	UND	*	-
95	SONDA MILIMETRADA PCP 15MM EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. CÓDIGO BR 0431608	UND	*	-
96	SONDA NABERS - CÓDIGO BR 0436594	UND	*	-
97	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL, PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC, PONTA FINA, MACIA, ATÓXICA, COLORIDO, VAZADA E COM ARAME EM AÇO ESPECIAL PARA FIXAÇÃO NA POSIÇÃO DESEJADA. PACOTE COM 40 UNIDADES CADA - BR 406292	PCT	*	-

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

7.1. O quantitativo solicitado bem como, o consumo e os itens foram informados pelo responsável pelo controle de estoque do referido material na Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos - CAFI, de acordo com cálculos e projeções realizados pelo mesmo, conforme DFD.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
1	AGITADOR DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS ENDODÔNTICAS. INSTRUMENTO ROTATÓRIO OU RECIPROCANTE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, UTILIZADO PARA AGITAÇÃO DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS, FAVORECENDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA DE CANAIS RADICULARES. TAMANHO DE 20 A 25 E TAPER 04 OU 05. CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES. BR 472664	UND	*	1750	R\$ 2,25	R\$ 3.931,81
2	ALGINATO TIPO I - MATERIAL PARA MOLDAGEM A BASE DE ALGINATO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 410 G. CÓDIGO BR 0428490	PCT	*	20	R\$ 26,63	R\$ 532,53
3	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL ADULTO. BR 364803	UND	*	15	R\$ 16,62	R\$ 249,23

54
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
4	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL INFANTIL. BR 364803	UND	*	15	R\$ 16,62	R\$ 249,23
5	BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL. VISCOSIDADE IDEAL PARA APLICAÇÃO. SERINGA DE NO MÍNIMO 2G COM PONTEIRA APLICADORA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. BR 413641	UND	*	30	R\$ 5,87	R\$ 176,19
6	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1557 - CÓDIGO BR 403222	UND	*	20	R\$ 3,66	R\$ 73,15
7	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1558 - CÓDIGO BR 403223	UND	*	20	R\$ 3,66	R\$ 73,15
8	BROCA GATES Nº 01 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403602	UND	*	300	R\$ 10,35	R\$ 3.103,65
9	BROCA GATES Nº 02 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403603	UND	*	10	R\$ 5,23	R\$ 52,25
10	BROCA GATES Nº 03 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0403604	UND	*	20	R\$ 5,23	R\$ 104,50
11	BROCA MAXICUT Nº 1251. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	5	R\$ 73,15	R\$ 365,75
12	BROCA MAXICUT Nº 1507. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	5	R\$ 73,15	R\$ 365,75
13	BROCA MAXICUT Nº 1508. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE.	UND	*	5	R\$ 73,15	R\$ 365,75
14	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 20X10X03 CM	UND	*	15	R\$ 58,18	R\$ 872,63
15	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 28X14X06 CM - CÓDIGO BR 0480558	UND	*	15	R\$ 153,70	R\$ 2.305,48
16	CALCADOR DE PAIVA Nº 03, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL COM CABO OITAVADO, TAMANHO 16CM. BR 420127	UND	*	15	R\$ 12,54	R\$ 188,10
17	CERA 7. CAIXA COM 225G. CÓDIGO BR 0406791	CX	*	5	R\$ 24,76	R\$ 123,78

55
1,

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
18	CERA UTILIDADE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 5 UNIDADES. CÓDIGO BR 0406785	CX	*	5	R\$ 18,81	R\$ 94,05
19	CIMENTO A BASE DE RESINA PLÁSTICA - EPÓXI. DEVE TER ALTA RESISTÊNCIA E RADIOPACIDADE. KIT COM SERINGA DUPLA DE AUTOMISTURA CONTENDO 1 TUBO DE PASTA A + 1 TUBO DE PASTA B COM NO MÍNIMO 15G NO TOTAL - CÓDIGO BR 432863	KIT	*	20	R\$ 243,46	R\$ 4.869,28
20	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL COM EUGENOL - KIT COM 1 FRASCO DE 50G: PÓ CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ACETATO DE ZINCO, RESINA NATURAL E CELULOSE E 1 FRASCO DE EUGENOL COM 20ML - BR 404549	KIT	*	5	R\$ 17,43	R\$ 87,15
21	CIMENTO CIRURGICO PERIODONTAL SEM EUGENOL - 1 PASTA BASE 90G E 1 PASTA CATALIZADORA 90G - CÓDIGO BR 0404545	KIT	*	5	R\$ 149,54	R\$ 747,70
22	CIMENTO ENDODÔNTICO OBTURADOR DE CANAIS A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, TRIÓXIDO DE BISMUTO E DIÓXIDO DE TITÂNIO COM RESINA EPÓXI. KIT COM FRASCO COM 8G DE PÓ E BSNAGA COM 9G DE RESINA. CÓDIGO BR 422806	KIT	*	15	R\$ 72,77	R\$ 1.091,61
23	CIMENTO REPARADOR A BASE DE MTA BRANCO. KIT COM NO MÍNIMO 1G. CÓDIGO BR 0430906	KIT	*	8	R\$ 343,78	R\$ 2.750,27
24	CINZEL DE ALEXANDER COM PONTA ATIVA GOIVA COM CABO DE EXTRATOR, TAMANHO 4MM, COMPRIMENTO 20CM. CÓDIGO BR 0419593	UND	*	5	R\$ 88,03	R\$ 440,15
25	CINZEL PERIOTOMO RETO FLEXIVEL - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL E LIGA DE COBALTO, COM PONTA FLEXÍVEL E INQUEBRÁVEL. PARA O ROMPIMENTO DO PERIOSTEO E EFETUAR A REMOÇÃO DE RAIZES DE DENTES ANTERIORES. DIMENSOES APROXIMADAS 6 X 10 X 4 CM - CÓDIGO BR 0601554	UND	*	5	R\$ 106,69	R\$ 533,47
26	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 35, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419382	UND	*	30	R\$ 20,87	R\$ 626,06
27	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 40, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419386	UND	*	30	R\$ 24,34	R\$ 730,14
28	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NÚMERO 45, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419388	UND	*	30	R\$ 24,34	R\$ 730,14

56
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
29	CONE DE GUTA ENDODONTICA 1ª SERIE (15-40), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES EM CADA CAIXA - CÓDIGO BR 419006	CX	1	20	R\$ 29,77	R\$ 569,80
30	CONE DE GUTA PERCHA 28MM COMPATÍVEL COM SISTEMA RECIPROCANTE WAVE ONE GOLD, SORTIDAS, EMBALAGEM COM 60 UNIDADES. BR 419439	CX	*	5	R\$ 64,02	R\$ 320,08
31	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM FM (FINO MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. - CODIGO BR 0419044	CX	3	50	R\$ 51,23	R\$ 2.561,30
32	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM M (MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419013	CX	*	50	R\$ 51,23	R\$ 2.561,30
33	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R7 OU XF (EXTRA FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 423621	CX	*	50	R\$ 51,23	R\$ 2.561,30
34	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R8 OU FF (FINO FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419184	CX	*	50	R\$ 41,79	R\$ 2.089,48
35	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 35, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418992	CX	*	5	R\$ 31,32	R\$ 156,59
36	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 40, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419538	CX	*	5	R\$ 33,17	R\$ 165,84
37	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 45, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419445	CX	*	10	R\$ 35,12	R\$ 351,22
38	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 45-80, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418997	CX	*	5	R\$ 29,64	R\$ 148,18
39	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 50, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418964	CX	*	10	R\$ 35,11	R\$ 351,12
40	EDTA TRISSÓDICO 17% - FRASCO DE 500 ML - CÓDIGO BR 432427	FR	*	8	R\$ 83,35	R\$ 666,80
41	ESCALA DE COR DE DENTES DE ESTOQUE - CÓDIGO BR 427722	UND	*	1	R\$ 52,55	R\$ 52,55
42	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO ABCD COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CAIXA C/ 4 UNIDADES - BR 438282	CX	*	10	R\$ 16,72	R\$ 167,20
43	ESPÁTULA LE CRON METÁLICA ADULTO. CÓDIGO BR 0427622	UND	*	3	R\$ 6,86	R\$ 20,57
44	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA ALGINATO - CÓDIGO BR 0426918	UND	*	3	R\$ 2,41	R\$ 7,24

59
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
45	FIO DE SUTURA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL ESTÉRIL (POLIGLACTINA 910) COM COBERTURA (POLIGLACTINA 370+ESTEARATO DE CÁLCIO) COMPRIMENTO APROXIMADO DE 70 CM, Nº5-0 AGULHA CILÍNDRICA 1/2 CÍRCULO DE ATÉ 15MM , COM NO MÍNIMO 36 UNIDADES POR CAIXA - CÓDIGO BR 0487096	UND	15	234	R\$ 8,39	R\$ 1.963,58
46	FOICE DE GOLDMAN FOX N.1 - CÓDIGO BR 419088	UND	2	31	R\$ 10,89	R\$ 339,73
47	FOICE MC CALL 11-12 - CÓDIGO BR 420072	UND	*	10	R\$ 12,54	R\$ 125,40
48	GESSO PEDRA TIPO III AMARELO. USO ODONTOLÓGICO. PACOTES DE 1KG DE PRODUTO GRANULADO OU MICROGRANULADO. DEVERÁ SER DE BAIXA ESPANSÃO. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. BR 428417	PCT	*	2	R\$ 10,35	R\$ 20,69
49	GODIVA DE BAIXA FUSÃO. EM BASTÃO (PACOTES COM 15 UNIDADES). CÓDIGO BR 0416152	PCT	*	3	R\$ 55,91	R\$ 167,72
50	GRAU DE BORRACHA GRANDE - CÓDIGO BR 0419182	UND	*	2	R\$ 8,43	R\$ 16,87
51	GRAU DE BORRACHA MÉDIO - CÓDIGO BR 0419183	UND	*	2	R\$ 7,30	R\$ 14,61
52	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% PARA USO ODONTOLÓGICO (SOLUÇÃO DE MILTON), FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 0437161	FR	*	10	R\$ 7,51	R\$ 75,14
53	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% DE USO ODONTOLÓGICO, FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 437156	FR	*	60	R\$ 8,98	R\$ 538,59
54	JOGO DE MOLDEIRAS PARA DESDENTADO - INDICADO PARA REPRODUZIR A ARCADA DE PACIENTE DESDENTADO UTILIZANDO MATERIAIS DE MOLDAGEM. EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPOSTO POR QUATRO SUPERIORES (1, 2, 3, 4) E QUATRO INFERIORES (1, 2, 3, 4). - CÓDIGO BR 0427663	KIT	*	20	R\$ 224,02	R\$ 4.480,33
55	LAMPARINA DE USO ODONTOLÓGICO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM: INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. CÓDIGO BR 0209754	UND	*	2	R\$ 25,79	R\$ 51,58

58
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
56	LIMA DE ACESSO CERVICAL. INSTRUMENTO ENDODÔNTICO ROTATÓRIO DE NÍQUEL TITÂNIO, UTILIZADO PARA O ALARGAMENTO E MODELAGEM DA PORÇÃO CERVICAL E MÉDIA DO CANAL RADICULAR, FACILITANDO O ACESSO E A PENETRAÇÃO DAS LIMAS SUBSEQUENTES DURANTE O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES. TIP MÍNIMO DE 15 E TAPER MÍNIMO 07, TAMANHO MÍNIMO 17MM.	CX	*	150	R\$ 187,06	R\$ 28.058,25
57	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 21MM. CÓDIGO BR 0430445.	CX	2	31	R\$ 99,28	R\$ 3.097,38
58	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 25MM.	CX	2	31	R\$ 63,88	R\$ 1.993,08
59	LIMA MANUAL TIPO FLEXOFIL 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419473 .	CX	*	15	R\$ 23,49	R\$ 352,37
60	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15-40) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418546	CX	*	15	R\$ 10,91	R\$ 163,65

59
1.

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
61	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418547	CX	*	15	R\$ 10,91	R\$ 163,65
62	LIMA MANUAL TIPO KERR 2ª SÉRIE (45-80) COM 31MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 419497	CX	*	5	R\$ 11,50	R\$ 57,48
63	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574	CX	*	15	R\$ 163,46	R\$ 2.451,88
64	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	*	15	R\$ 163,49	R\$ 2.452,35
65	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	*	15	R\$ 163,46	R\$ 2.451,88
66	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	10	R\$ 129,77	R\$ 1.297,68
67	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	15	R\$ 163,49	R\$ 2.452,35
68	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	*	10	R\$ 113,18	R\$ 1.131,84
69	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 35 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418570.	CX	*	15	R\$ 172,23	R\$ 2.583,40
70	LOCALIZADOR APICAL ELETRÔNICO - CÓDIGO BR 363941	UND	*	4	R\$ 1.244,49	R\$ 4.977,96
71	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427664	UND	*	10	R\$ 32,83	R\$ 328,34
72	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427666	UND	*	10	R\$ 33,05	R\$ 330,53
73	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427668	UND	*	10	R\$ 32,83	R\$ 328,34
74	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427670	UND	*	10	R\$ 32,97	R\$ 329,70
75	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427663	UND	*	10	R\$ 33,02	R\$ 330,22
76	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427665	UND	*	10	R\$ 32,74	R\$ 327,40

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
77	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427667	UND	*	10	R\$ 32,74	R\$ 327,40
78	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427669	UND	*	10	R\$ 32,65	R\$ 326,46
79	MOTOR DE BANCADA. VELOCIDADE 35.000 RPM, TORQUE MÁXIMO DE 2,8 NCM, POTÊNCIA DE 65W, TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240V (50-60HZ) COM CORRENTE DE 3A E TENSÃO DE SAÍDA DE DC 35V - 4A (MÁX.). O EQUIPAMENTO DEVE CONTER PEDAL DE ACIONAMENTO ON/OFF, CONTRÔLE DE ROTAÇÃO NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO, CANETA PM COM CARVÃO, MOTOR S1 COM CANETA TIPO PM (COMPATÍVEL COM PEÇA RETA) E MOTOR S1 COM CANETA TIPO CA PADRÃO E-TYPE (COMPATÍVEL COM CONTRA-ÂNGULO). BR 628803	UND	*	2	R\$ 1.182,94	R\$ 2.365,88
80	PASTA ZINCOENÓLICA. 1 PASTA CATALIZADORA E 1 PASTA BASE. KIT COM NO MÍNIMO 120G. - CÓDIGO BR 0428740	UND	*	5	R\$ 41,42	R\$ 207,12
81	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 15-40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	3	47	R\$ 29,07	R\$ 1.360,56
82	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45-80 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	2	31	R\$ 31,25	R\$ 974,86
83	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 25 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	*	200	R\$ 45,61	R\$ 9.122,85
84	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 30 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0441916	CX	*	200	R\$ 45,61	R\$ 9.122,85
85	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 35 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418992.	CX	*	20	R\$ 36,58	R\$ 591,47
86	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418996.	CX	*	20	R\$ 29,57	R\$ 584,57
87	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 45 (28 MM), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418997	CX	*	20	R\$ 36,58	R\$ 592,10
88	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 50 (28 MM), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418994	CX	*	10	R\$ 28,20	R\$ 282,05

61

Item	Descrição dos Itens	Unidade/ Apres.	CONSUMO MENSAL	TOTAL COM ACRÉSCIMO DE 30%	VALOR UNITÁRIO C/ IPCA 4,5%	VALOR TOTAL
89	PONTAS MULTIUSO PARA LIMPEZA, FRICÇÃO E IRRIGAÇÃO 25 MM COM CÂNULA RÍGIDA DE CALIBRE 30G, CORPO RÍGIDO E FLEXIBILIDADE NA PONTA E PESCOÇO ANGULADO PARA ACESSO DE CANAIS RADICULARES. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES. CÓDIGO BR: 442132.	CX	*	10	R\$ 86,86	R\$ 868,60
90	PROPILENOGLICOL - FRASCO COM 20 ML - CÓDIGO BR 0360853	UND	*	10	R\$ 8,18	R\$ 81,82
91	RÉGUA DE FOX - CÓDIGO BR 0426156	UND	*	1	R\$ 76,63	R\$ 76,63
92	RÉGUA DE WILLIS - CÓDIGO BR 0427597	UND	*	1	R\$ 34,56	R\$ 34,56
93	RÉGUA ENDODÔNTICA CALIBRADORA PLÁSTICA, AUTOCLAVÁVEL, DIMENSÕES 85,5X15X3MM - BR 418842	UND	*	5	R\$ 30,31	R\$ 151,53
94	SOLVENTE DE GUTA PERCHA EUCALIPTOL, EMBALAGEM - FRASCO DE 10ML - CÓDIGO BR 0429586	UND	*	5	R\$ 8,04	R\$ 40,18
95	SONDA MILIMETRADA PCP 15MM EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. CÓDIGO BR 0431608	UND	*	5	R\$ 44,94	R\$ 224,68
96	SONDA NABERS - CÓDIGO BR 0436594	UND	*	5	R\$ 13,66	R\$ 68,29
97	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL, PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC, PONTA FINA, MACIA, ATÓXICA, COLORIDO, VAZADA E COM ARAME EM AÇO ESPECIAL PARA FIXAÇÃO NA POSIÇÃO DESEJADA. PACOTE COM 20 UNIDADES CADA - BR 406292	PCT	*	100	R\$ 16,71	R\$ 1.670,96
						R\$ 131.112,92

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

62
1.

8.1. O objeto será licitado por item. O parcelamento potencializa e amplia a competitividade na obtenção da proposta mais vantajosa à administração municipal.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

9.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes, uma vez que, este processo ocorre de forma independente sendo o suficiente para alcançar os objetivos desta contratação.

10-DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

10.1 Considerando que o objeto de contratação deve estar previsto, inteiramos que a presente demanda está no planejamento atual da Secretaria Municipal de Saúde do município de Cascavel, sob a intenção nº 306/2026.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

11.1. Esse processo tem como objetivo garantir o atendimento e tratamento dos pacientes, promovendo a assistência à saúde de forma resolutiva e preventiva, utilizando materiais que atendam as necessidades e que sejam de qualidade, obedecendo ao princípio da eficiência e da economicidade.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

11.2. Para este processo não será necessário adotar nenhuma providência, visto que, os gestores e fiscais, já estão capacitados e possuem experiência com relação à gestão contratual e fiscalização.

13 – DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

13.1. Considerando que durante o recebimento dos produtos e a distribuição final para as Unidades de Saúde também ocorre à geração de resíduos reutilizável e reciclável, os mesmos são segregados em ambiente específico e posteriormente coletados por catadores, assim, esse manejo elimina e recupera os lixões e isso reflete na inclusão social e emancipação econômica de pessoas físicas de baixa renda.

13.2. Considerando que o objeto da contratação trata-se de material hospitalar e odontológico, que acaba gerando resíduos de saúde, e, portanto obrigatoriamente, necessitam de manejo e tratamento adequado, nas Unidades de Saúde do município é que ocorre a destinação final ambientalmente adequada, conforme procedimentos descritos no Plano de Gerenciamento de Resíduos Simplificado (PGRSS) de cada setor, de acordo com a Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305/2010 e a Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

13.3. Considerando que os resíduos serão segregados e administrados de maneira correta, conforme legislações vigentes, não haverá riscos ao meio ambiente e nem a saúde humana.

14- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

14.1. Considerando que a aquisição dos materiais é imprescindível e necessária para continuidade do tratamento de saúde dos pacientes atendidos nos Serviços de Saúde. Considerando todas as informações apontadas nesse documento, conclui-se que esta a solução viável e adequada.

15. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

- Shady A.Yassine – Dentista/Gerente Div. De Saúde Bucal – Mat. nº 25.220-1
- Jaíne Belloni de Assis – Enfermeira – Mat. nº 27.265-1
- Sílvia Alves de Oliveira do Nascimento – Agente Administrativa – Mat. nº 24.785-2


16. INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS

Servidor	Matrícula	Cargo / Lotação	Função
Tainah Aite da Silva	36.707-1	Agente Administrativa	Gestor de Contrato
Cristiane B. da S. Ludgero	25.752-2	Atendente de Serviços em Saúde -CAFI	Suplente de Gestor de Contrato
Shady A.Yassine	25.220-1	Gerente Saúde Bucal - SESAU	Fiscal de Contrato
Jaíne Belloni de Assis	27.265-1	Enfermeira	Suplente de Fiscal de Contrato

64
1.


Cascavel, 16 de fevereiro de 2026.

Assinatura Secretário (a) da Pasta ou responsável pela Demanda:




Ali H. Haidar
Secretário de Saúde
Responsável pela Aprovação do ETP

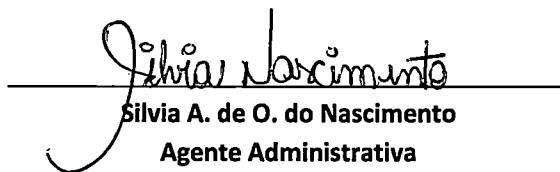
Assinatura dos responsáveis pelo Planejamento da Aquisição/Contratação:



Shady A. Yassine
Dentista/Gerente D. Saúde Bucal
Mat. nº 25.220-1
Equipe de Planejamento



Jaine Belloni de Assis
Enfermeira / Responsável estoque
Matrícula nº 27.265-1
Equipe de Planejamento



Silvia A. de O. do Nascimento
Agente Administrativa
Matrícula nº 24.785-2
Equipe de Planejamento e
Responsável pela elaboração do ETP

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 002/2023 – SEPLAG - RC 2425/2026 - PD 53765/2026 -Material odontológico para atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal

Item	CATMAT / CATSER	Cód. Atende Net	Descritivos	Apres.	Qtde	ATAS	REAJUSTE IPCA+4,50%	INTERNET 1	INTERNET 2	INTERNET 3	BANCO DE PREÇOS PAGO	BANCO DE PREÇOS PAGO2	BANCO DE PREÇOS PAGO3	Panel de Preços da Saúde	Média arit. das pesquisas utilizadas - R\$
1	472664	561545	AGITADOR DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS ENDODÔNTICAS. INSTRUMENTO ROTATÓRIO OU RECÍPROCANTE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, UTILIZADO PARA AGITAÇÃO DE SOLUÇÕES IRRIGADORAS EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS, FAVORECENDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA DE CANAIS RADICULARES. TAMANHO DE 20 A 25 E TAPER 04 OU 05. CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES. BR 472664	UND	1750		R\$ 0,00	R\$ 2,70		R\$ 3,10	R\$ 3,00			NÃO UTILIZADO	R\$ 2,93
2	428490	501556	ALGINATO TIPO I - MATERIAL PARA MOLDAGEM A BASE DE ALGINATO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 410 G. CÓDIGO BR 0428490	PCT	20		R\$ 0,00				R\$ 30,93	R\$ 39,90	R\$ 33,73	NÃO UTILIZADO	R\$ 34,85
3	364803	561546	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL ADULTO. BR 364803	UND	15		R\$ 0,00	R\$ 13,46	R\$ 15,90		R\$ 15,06			NÃO UTILIZADO	R\$ 14,81
4	364803	561547	ARCO PARA ISOLAMENTO PLÁSTICO TIPO OSTBY DOBRÁVEL, AUTOCLAVÁVEL INFANTIL. BR 364803	UND	15		R\$ 0,00	R\$ 13,46	R\$ 15,90		R\$ 15,06			NÃO UTILIZADO	R\$ 14,81
5	413641	561548	BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL. VISCOSIDADE IDEAL PARA APLICAÇÃO. SERINGA DE NO MÍNIMO 2G COM PONTEIRA APLICADORA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. BR 413641	UND	30	R\$ 5,18	R\$ 5,41				R\$ 8,40	R\$ 6,56		NÃO UTILIZADO	R\$ 6,79
6	403222	561549	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1557 - CÓDIGO BR 403222	UND	20	R\$ 5,95	R\$ 6,22	R\$ 8,31			R\$ 7,34			NÃO UTILIZADO	R\$ 7,29
7	403223	561550	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 1558 - CÓDIGO BR 403223	UND	20	R\$ 5,95	R\$ 6,22	R\$ 9,80			R\$ 6,33			NÃO LOCALIZADO	R\$ 7,45
8	403602	561551	BROCA GATES Nº 01 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403602	UND	300	R\$ 6,75	R\$ 7,05		R\$ 9,60		R\$ 8,37			NÃO UTILIZADO	R\$ 8,34
9	403603	561552	BROCA GATES Nº 02 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403603	UND	10		R\$ 0,00	R\$ 9,29	R\$ 9,60		R\$ 8,37			NÃO UTILIZADO	R\$ 9,09
10	403604	561553	BROCA GATES Nº 03 DE BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 28MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 403604	UND	20		R\$ 0,00	R\$ 9,29	R\$ 9,60		R\$ 8,56			NÃO UTILIZADO	R\$ 9,15
11	428567	559757	BROCA MAXICUT Nº 1251. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 78,50	R\$ 77,10	R\$ 69,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 75,17

11
t6

12	428567	559758	BROCA MAXICUT Nº 1507. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 79,90	R\$ 77,10	R\$ 69,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 75,63
13	428567	559759	BROCA MAXICUT Nº 1508. EM TUNGSTÊNIO, PARA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE E VALIDADE. BR 428567	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 78,50	R\$ 77,10	R\$ 69,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 75,17
14	480528	527665	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 20X10X03 CM. BR 480528	UND	15		R\$ 0,00	R\$ 82,09			R\$ 76,43	R\$ 62,08		NÃO LOCALIZADO	R\$ 73,53
15	480558	551448	CAIXA METÁLICA COM TAMPA PERFURA, PARA AUTOCLAVE - MEDIDAS 28X14X06 CM - CÓDIGO BR 0480558	UND	15		R\$ 0,00	R\$ 185,90	R\$ 194,90	R\$ 190,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 190,57
16	420127	555432	CALCADOR DE PAIVA Nº 03, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL COM CABO OITAVADO, TAMANHO 16CM. BR 420127	UND	15		R\$ 0,00	R\$ 14,99	R\$ 13,90	R\$ 11,53				NÃO UTILIZADO	R\$ 13,47
17	406791	559753	CERA 7. CAIXA COM 225G. CÓDIGO BR 0406791	CX	5		R\$ 0,00	R\$ 25,00			R\$ 27,24	R\$ 24,38		NÃO UTILIZADO	R\$ 25,54
18	406785	498240	CERA UTILIDADE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 5 UNIDADES. CÓDIGO BR 0406785	CX	5		R\$ 0,00	R\$ 23,47			R\$ 19,68	R\$ 22,60		NÃO UTILIZADO	R\$ 21,92
19	432863	551452	CIMENTO A BASE DE RESINA PLÁSTICA - EPÓXI. DEVE TER ALTA RESISTÊNCIA E RADIOPACIDADE. KIT COM SERINGA DUPLA DE AUTOMISTURA CONTENDO 1 TUBO DE PASTA A + 1 TUBO DE PASTA B COM NO MÍNIMO 15G NO TOTAL - CÓDIGO BR 432863	KIT	20			R\$ 299,90	R\$ 302,90			R\$ 255,59		NÃO UTILIZADO	R\$ 286,43
20	404549	551539	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL COM EUGENOL - KIT COM 1 FRASCO DE 50G: PÓ CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ACETATO DE ZINCO, RESINA NATURAL E CELULOSE E 1 FRASCO DE EUGENOL COM 20ML - BR 404549	KIT	5	R\$ 16,88	R\$ 17,64				R\$ 20,36	R\$ 24,38		NÃO UTILIZADO	R\$ 20,79
21	404545	551449	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL SEM EUGENOL - 1 PASTA BASE 90G E 1 PASTA CATALIZADORA 90G - CÓDIGO BR 0404545	KIT	5		R\$ 0,00	R\$ 189,90	R\$ 179,99		R\$ 157,69			NÃO UTILIZADO	R\$ 175,86
22	422806	551453	CIMENTO ENDODÔNTICO OBTURADOR DE CANAIS A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, TRIÓXIDO DE BISMUTO E DIÓXIDO DE TITÂNIO COM RESINA EPÓXI. KIT COM FRASCO COM 8G DE PÓ E BISMAGA COM 9G DE RESINA. CÓDIGO BR 422806	KIT	15		R\$ 0,00	R\$ 82,90	R\$ 74,99	R\$ 72,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 76,93
23	430906	551454	CIMENTO REPARADOR A BASE DE MTA, BRANCO. KIT COM NO MÍNIMO 1G. CÓDIGO BR 0430906	KIT	8		R\$ 0,00	R\$ 449,90	R\$ 449,90		R\$ 329,08			NÃO UTILIZADO	R\$ 409,63
24	419593	561554	CINZEL DE ALEXANDER COM PONTA ATIVA GOIVA COM CABO DE EXTRATOR, TAMANHO 4MM, COMPRIMENTO 20CM. CÓDIGO BR 0419593	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 114,76	R\$ 91,00		R\$ 97,23			NÃO UTILIZADO	R\$ 101,00

25	601554	555434	CINZEL PERIOTOMO RETO FLEXIVEL - INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL E LIGA DE COBALTO, COM PONTA FLEXÍVEL E INQUEBRÁVEL PARA O ROMPIMENTO DO PERIOSTEO E EFETUAR A REMOÇÃO DE RAIZES DE DENTES ANTERIORES. DIMENSOES APROXIMADAS 6 X 10 X 4 CM - CÓDIGO BR 0601554	UND	5	R\$ 0,00	R\$ 124,02	R\$ 122,99	R\$ 115,90				NÃO LOCALIZADO	R\$ 120,97
26	419382	498246	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 35, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419382	UND	30	R\$ 0,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00		R\$ 36,56			NÃO LOCALIZADO	R\$ 37,85
27	419386	498247	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NUMERO 40, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419386	UND	30	R\$ 0,00	R\$ 42,00	R\$ 35,00		R\$ 36,56			NÃO UTILIZADO	R\$ 37,85
28	419388	498251	CONDENSADOR DE MCSPADDEN NÚMERO 45, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM 25MM DE COMPRIMENTO. CÓDIGO BR 0419388	UND	30	R\$ 0,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00		R\$ 36,56			NÃO UTILIZADO	R\$ 37,85
29	419006	503269	CONE DE GUTA ENDODONTICA 1ª SERIE (15-40), COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES EM CADA CAIXA - CÓDIGO BR 419006	CX	20	R\$ 0,00	R\$ 39,00	R\$ 39,90					R\$ 37,37	R\$ 38,76
30	419439	561555	CONE DE GUTA PERCHA 28MM COMPATÍVEL COM SISTEMA RECIPROCANTE WAVE ONE GOLD, SORTIDAS, EMBALAGEM COM 60 UNIDADES. BR 419439	CX	5	R\$ 0,00	R\$ 90,00	R\$ 81,90		R\$ 72,22			NÃO UTILIZADO	R\$ 81,37
31	419044	561556	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM FM (FINO MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. - CODIGO BR 0419044	CX	50	R\$ 0,00	R\$ 51,60	R\$ 46,90		R\$ 56,91			NÃO UTILIZADO	R\$ 51,80
32	419013	561557	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM M (MEDIO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419013	CX	50	R\$ 0,00	R\$ 51,60	R\$ 50,90		R\$ 50,12			NÃO UTILIZADO	R\$ 50,87
33	423621	561558	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R7 OU XF (EXTRA FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 423621	CX	50	R\$ 0,00	R\$ 51,60	R\$ 46,90	R\$ 50,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 49,80
34	419184	561559	CONE DE GUTA PERCHA ACESSORIO 28 MM R8 OU FF (FINO FINO). CAIXA COM 120 UNIDADES. BR 419184	CX	50	R\$ 0,00	R\$ 51,60	R\$ 50,90	R\$ 45,80				NÃO UTILIZADO	R\$ 49,43
35	418962	562125	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 35, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. BR 418962	CX	5	R\$ 0,00	R\$ 52,93	R\$ 45,80		R\$ 45,54			NÃO UTILIZADO	R\$ 48,09
36	419538	498254	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 40, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419538	CX	5	R\$ 0,00	R\$ 52,93	R\$ 45,80		R\$ 46,21			NÃO UTILIZADO	R\$ 48,31
37	419445	561560	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 45, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419445	CX	10	R\$ 0,00	R\$ 52,93	R\$ 45,90	R\$ 44,49				NÃO UTILIZADO	R\$ 47,77
38	418997	498255	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 45-80, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418997	CX	5	R\$ 0,00	R\$ 39,00	R\$ 39,90	R\$ 39,10				NÃO UTILIZADO	R\$ 39,33

39	418964	561561	CONE ENDODÔNTICO, MATERIAL GUTA-PERCHA NÚMERO 50, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418964	CX	10		R\$ 0,00	R\$ 52,93	R\$ 48,48	R\$ 45,80				NÃO UTILIZADO	R\$ 49,07
40	429980	561544	EDTA TRISSÓDICO 17% - FRASCO DE 500 ML - CÓDIGO BR 429980	FR	8		R\$ 0,00	R\$ 79,20	R\$ 83,90	R\$ 89,00				NÃO UTILIZADO	R\$ 84,03
41	275558 *	559754	ESCALA DE COR DE DENTES DE ESTOQUE, 8 CORES. BR 275558	UND	1		R\$ 0,00	R\$ 59,90	R\$ 51,90		R\$ 56,46			NÃO LOCALIZADO	R\$ 56,09
42	438282	488080	ESPAÇADOR DIGITAL CÔNICO ABCD COM 25 MM DE COMPRIMENTO. CAIXA C/ 4 UNIDADES - BR 438282	CX	10		R\$ 0,00	R\$ 26,90	R\$ 27,89					R\$ 28,20	R\$ 27,66
43	427622	498260	ESPÁTULA LE CRON METÁLICA ADULTO. CÓDIGO BR 0427622	UND	3		R\$ 0,00	R\$ 18,96	R\$ 21,90		R\$ 16,86			NÃO UTILIZADO	R\$ 19,24
44	426918	498261	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA ALGINATO - CÓDIGO BR 0426918	UND	3		R\$ 0,00	R\$ 4,28	R\$ 4,69		R\$ 5,11			NÃO UTILIZADO	R\$ 4,69
45	487096	528666	FIO DE SUTURA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL ESTÉRIL (POLIGLACTINA 910) COM COBERTURA (POLIGLACTINA 370+ESTEARATO DE CÁLCIO) COMPRIMENTO APROXIMADO DE 70 CM, N°5-0 AGULHA CILÍNDRICA 1/2 CÍRCULO DE ATÉ 15MM, COM NO MÍNIMO 36 UNIDADES POR CAIXA - CÓDIGO BR 0487096	UND	234		R\$ 0,00	R\$ 11,96			R\$ 11,21	R\$ 11,23		NÃO LOCALIZADO	R\$ 11,17
46	419088	503288	FOICE DE GOLDMAN FOX N.1 - CÓDIGO BR 419088	UND	31		R\$ 0,00	R\$ 18,77	R\$ 18,78		R\$ 21,78			NÃO UTILIZADO	R\$ 19,73
47	420072	503289	FOICE MC CALL 11-12 - CÓDIGO BR 420072	UND	10		R\$ 0,00	R\$ 22,58	R\$ 18,97		R\$ 18,90			NÃO UTILIZADO	R\$ 20,15
48	428415	561562	GESSO PEDRA TIPO III AMARELO. USO ODONTOLÓGICO. PACOTES DE 1KG DE PRODUTO GRANULADO OU MICROGRANULADO. DEVERÁ SER DE BAIXA ESPANSÃO. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. BR 428415	PCT	2		R\$ 0,00					R\$ 14,23	R\$ 13,02	R\$ 10,56	R\$ 12,60
49	416152	498263	GODIVA DE BAIXA FUSÃO EM BASTÃO (PACOTES COM 15 UNIDADES). CÓDIGO BR 0416152	PCT	3		R\$ 0,00	R\$ 49,90	R\$ 51,90	R\$ 63,90				NÃO UTILIZADO	R\$ 55,23
50	419182	498264	GRAU DE BORRACHA GRANDE - CÓDIGO BR 0419182	UND	2		R\$ 0,00	R\$ 10,90			R\$ 9,34	R\$ 10,05		NÃO UTILIZADO	R\$ 10,10
51	419183	498265	GRAU DE BORRACHA MÉDIO - CÓDIGO BR 0419183	UND	2		R\$ 0,00	R\$ 9,94			R\$ 9,07	R\$ 8,34		NÃO UTILIZADO	R\$ 9,12
52	437161	561563	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% PARA USO ODONTOLÓGICO (SOLUÇÃO DE MILTON), FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 0437161	FR	10		R\$ 0,00	R\$ 9,90	R\$ 9,99		R\$ 10,27			NÃO UTILIZADO	R\$ 10,05
53	437156	561564	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% DE USO ODONTOLÓGICO, FRASCO COM 1000ML. CÓDIGO BR 437156	FR	60		R\$ 0,00	R\$ 13,20			R\$ 10,79	R\$ 11,90		NÃO UTILIZADO	R\$ 11,96
54	427663	551461	JOGO DE MOLDEIRAS PARA DESDENTADO - INDICADO PARA REPRODUZIR A ARCADA DE PACIENTE DESDENTADO UTILIZANDO MATERIAIS DE MOLDAGEM. EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPOSTO POR QUATRO SUPERIORES (1, 2, 3, 4) E QUATRO INFERIORES (1, 2, 3, 4). - CÓDIGO BR 0427663	KIT	20		R\$ 0,00	R\$ 276,85	R\$ 281,20	R\$ 279,00				NÃO LOCALIZADO	R\$ 279,02

100

55	209754	498321	LAMPARINA DE USO ODONTOLÓGICO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM: INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. CÓDIGO BR 0209754	UND	2		R\$ 0,00	R\$ 45,00	R\$ 44,22		R\$ 32,43		NÃO UTILIZADO	R\$ 40,55	
56	608103	561565	LIMA DE ACESSO CERVICAL. INSTRUMENTO ENDODONTICO ROTATÓRIO DE NÍQUEL TITÂNIO, UTILIZADO PARA O ALARGAMENTO E MODELAGEM DA PORÇÃO CERVICAL E MÉDIA DO CANAL RADICULAR, FACILITANDO O ACESSO E A PENETRAÇÃO DAS LIMAS SUBSEQUENTES DURANTE O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES. TIP MÍNIMO DE 15 E TAPER MÍNIMO 07, TAMANHO MÍNIMO 17MM. CÓDIGO BR 608103	CX	150		R\$ 0,00	R\$ 153,90	R\$ 145,50		R\$ 183,44		NÃO LOCALIZADO	R\$ 160,95	
57	430445	561566	LIMA ENDODONTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 21MM. CÓDIGO BR 0430445.	CX	31		R\$ 0,00	R\$ 95,65	R\$ 94,90		R\$ 111,18		NÃO UTILIZADO	R\$ 100,58	
58	430443	561567	LIMA ENDODONTICA ROTATÓRIA. INSTRUMENTO ROTATÓRIO EM LIGA DE NÍQUEL TITÂNIO COM TRATAMENTO TÉRMICO AVANÇADO E CONTROLE DE MEMÓRIA, INDICADO PARA O PREPARO QUÍMICO-MECÂNICO DOS CANAIS RADICULARES EM ROTAÇÃO CONTÍNUA, PROPORCIONANDO FLEXIBILIDADE, EFICIÊNCIA DE CORTE E SEGURANÇA DURANTE O USO. EMBALAGEM SORTIDA COM MÍNIMO 5 UNIDADES. COM TIP MÍNIMO DE 15 E MÁXIMO 35. E TAPER MÍNIMO DE 03 E MAXIMO DE 06 COM 25MM. CÓDIGO BR 430443	CX	31		R\$ 0,00	R\$ 89,30	R\$ 94,90	R\$ 93,00			NÃO UTILIZADO	R\$ 92,40	
59	419473	551462	LIMA MANUAL TIPO FLEXOFIL 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. CÓDIGO BR 0419473	CX	15		R\$ 0,00	R\$ 29,90	R\$ 35,90	R\$ 31,90			NÃO UTILIZADO	R\$ 32,57	
60	418546	551464	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 1ª SÉRIE (15-40) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418546	CX	15		R\$ 0,00				R\$ 14,27	R\$ 15,20	R\$ 16,88	NÃO UTILIZADO	R\$ 15,45
61	418547	551465	LIMA MANUAL TIPO HEDSTROEM 2ª SÉRIE (45-80) COM 25MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 418547	CX	15		R\$ 0,00				R\$ 14,22	R\$ 15,20	R\$ 16,88	NÃO UTILIZADO	R\$ 15,43

62	419497	561568	LIMA MANUAL TIPO KERR 2ª SÉRIE (45-80) COM 31MM DE COMPRIMENTO, EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. BR 419497	CX	5		R\$ 0,00				R\$ 14,96	R\$ 19,09	R\$ 19,75	NÃO UTILIZADO	R\$ 17,93
63	418574	562202	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574	CX	15		R\$ 0,00	R\$ 231,90	R\$ 174,90		R\$ 272,59			NÃO UTILIZADO	R\$ 226,46
64	418574	562204	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	15		R\$ 0,00	R\$ 231,90	R\$ 174,90		R\$ 272,59			NÃO UTILIZADO	R\$ 226,46
65	418574	562205	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 25 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418574.	CX	15		R\$ 0,00	R\$ 231,90	R\$ 174,90		R\$ 272,59			NÃO UTILIZADO	R\$ 226,46
66	418569	562206	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 01 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	10		R\$ 0,00		R\$ 178,99	R\$ 194,00	R\$ 163,76			NÃO UTILIZADO	R\$ 178,92
67	418569	562207	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 03 COMPRIMENTO 25MM EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	15		R\$ 0,00		R\$ 178,99	R\$ 194,00	R\$ 163,76			NÃO UTILIZADO	R\$ 178,92
68	418569	562208	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 30 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418569.	CX	10		R\$ 0,00		R\$ 178,99	R\$ 194,00	R\$ 163,76			NÃO UTILIZADO	R\$ 178,92
69	418570	562209	LIMA ROTATÓRIA DE NIQUEL TITANIO PONTA 35 TAPER 05 COMPRIMENTO 25MM. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CÓDIGO BR 0418570	CX	15		R\$ 0,00	R\$ 194,90	R\$ 208,30	R\$ 178,99				NÃO UTILIZADO	R\$ 194,06
70	363941	503276	LOCALIZADOR APICAL ELETRÔNICO - BR 363941	UND	4	R\$ 1.190,90	R\$ 1.244,49	R\$ 1.500,00			R\$ 1.449,13			NÃO LOCALIZADO	R\$ 1.397,87
71	427664	498287	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427664	UND	10		R\$ 0,00	R\$ 39,00			R\$ 33,94	R\$ 37,66		NÃO UTILIZADO	R\$ 36,87
72	427666	498288	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427666	UND	10		R\$ 0,00	R\$ 46,90			R\$ 36,92	R\$ 32,53		NÃO UTILIZADO	R\$ 38,78
73	427668	527680	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427668	UND	10		R\$ 0,00				R\$ 33,70	R\$ 31,54	R\$ 37,66	NÃO UTILIZADO	R\$ 34,90
74	427670	561576	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - INFERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427670	UND	10		R\$ 0,00				R\$ 31,54	R\$ 41,46	R\$ 37,63	NÃO LOCALIZADO	R\$ 36,88
75	427663	498291	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 1, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427663	UND	10		R\$ 0,00				R\$ 32,17	R\$ 37,64	R\$ 41,50	NÃO LOCALIZADO	R\$ 37,10
76	427665	498292	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 2, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427665	UND	10		R\$ 0,00				R\$ 31,82	R\$ 36,74	R\$ 33,56	NÃO LOCALIZADO	R\$ 34,04
77	427667	498293	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 3, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427667	UND	10		R\$ 0,00				R\$ 31,54	R\$ 34,36	R\$ 37,58	NÃO LOCALIZADO	R\$ 34,49
78	427669	498294	MOLDEIRAS INDIVIDUAIS - SUPERIOR 4, EM AÇO INOXIDÁVEL. CÓDIGO BR 0427669	UND	10		R\$ 0,00	R\$ 36,00			R\$ 31,54	R\$ 37,60		NÃO LOCALIZADO	R\$ 35,05

109

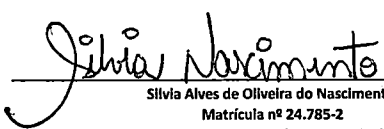
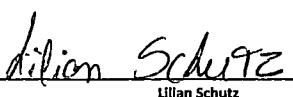
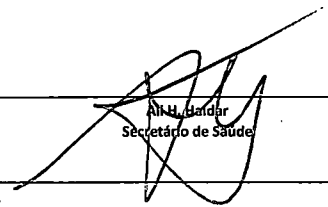
79	628803	559755	MOTOR DE BANCADA. VELOCIDADE 35.000 RPM, TORQUE MÁXIMO DE 2,8 NCM, POTÊNCIA DE 65W, TENSÃO DE ENTRADA DE 100-240V (50-60HZ) COM CORRENTE DE 3A E TENSÃO DE SAÍDA DE DC 35V - 4A (MÁX.). O EQUIPAMENTO DEVE CONTER PEDAL DE ACIONAMENTO ON/OFF, CONTROLE DE ROTAÇÃO NOS SENTIDOS HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO, CANETA PM COM CARVÃO, MOTOR S1 COM CANETA TIPO PM (COMPATÍVEL COM PEÇA RETA) E MOTOR S1 COM CANETA TIPO CA PADRÃO E-TYPE (COMPATÍVEL COM CONTRA-ÂNGULO). BR 628803	UND	2		R\$ 0,00		R\$ 1.687,90	R\$ 1.299,00	R\$ 1.924,00			NÃO LOCALIZADO	R\$ 1.636,97
80	428740	559756	PASTA ZINCOENÓLICA. 1 PASTA, CATALIZADORA E 1 PASTA BASE. KIT COM NO MÍNIMO 120G. - CÓDIGO BR 0428740	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 56,95	R\$ 67,90		R\$ 57,00			NÃO UTILIZADO	R\$ 60,62
81	441916	562194	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 15-40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 441916.	CX	47		R\$ 0,00				R\$ 35,60	R\$ 36,46	R\$ 42,36	NÃO UTILIZADO	R\$ 38,14
82	441916	562195	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45-80 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 441916.	CX	31		R\$ 0,00				R\$ 35,60	R\$ 36,46	R\$ 42,36	NÃO UTILIZADO	R\$ 38,14
83	418993	562196	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 25 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418993.	CX	200		R\$ 0,00	R\$ 50,90			R\$ 50,06		R\$ 49,50	NÃO UTILIZADO	R\$ 50,15
84	418990	562197	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 30 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418990.	CX	200		R\$ 0,00	R\$ 50,90	R\$ 49,90		R\$ 57,93			NÃO UTILIZADO	R\$ 52,91
85	418992	562198	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 35 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418992.	CX	20		R\$ 0,00				R\$ 31,88	R\$ 38,70	R\$ 32,56	NÃO UTILIZADO	R\$ 34,38
86	418996	562199	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 40 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418996.	CX	20		R\$ 0,00				R\$ 37,99	R\$ 40,62	R\$ 35,27	NÃO UTILIZADO	R\$ 37,96
87	418997	562200	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 45 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 0418997.	CX	20		R\$ 0,00				R\$ 36,99	R\$ 37,35	R\$ 30,83	NÃO UTILIZADO	R\$ 33,06
88	418994	562201	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE NÚMERO 50 COM NO MÍNIMO 120 UNIDADES - CÓDIGO BR 418994.	CX	10		R\$ 0,00				R\$ 46,72	R\$ 37,92	R\$ 28,05	NÃO UTILIZADO	R\$ 37,56
89	442132	551480	PONTAS MULTIUSO PARA LIMPEZA, FRICÇÃO E IRRIGAÇÃO 25 MM COM CÂNULA RÍGIDA DE CALIBRE 30G, CORPO RÍGIDO E FLEXIBILIDADE NA PONTA E PESCOÇO ANGULADO PARA ACESSO DE CANAIS RADICULARES. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES. CÓDIGO BR: 442132.	CX	10		R\$ 0,00	R\$ 119,90	R\$ 139,90		R\$ 132,90			NÃO UTILIZADO	R\$ 130,90
90	360853	548732	PROPILENOGLICOL - FRASCO COM 20 ML - CÓDIGO BR 0360853	UND	10	R\$ 7,83	R\$ 8,18	R\$ 8,50			R\$ 9,35			NÃO UTILIZADO	R\$ 8,68
91	426156	527684	RÉGUA DE FOX - CÓDIGO BR 0426156	UND	1		R\$ 0,00	R\$ 87,50	R\$ 78,90		R\$ 84,19			NÃO LOCALIZADO	R\$ 83,53
92	427597	498308	RÉGUA DE WILLIS - CÓDIGO BR 0427597	UND	1		R\$ 0,00	R\$ 48,11			R\$ 45,59			R\$ 46,00	R\$ 46,57

103

93	418842	555433	RÉGUA ENDODÔNTICA CALIBRADORA PLÁSTICA, AUTOCLAVÁVEL, DIMENSÕES 85,5X15X3MM - BR 418842	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 33,90	R\$ 43,05	R\$ 46,10				NÃO UTILIZADO	R\$ 41,02
94	429586	498310	SOLVENTE DE GUTA PERCHA EUCALIPTOL, EMBALAGEM - FRASCO DE 10ML - BR 0429586	UND	5		R\$ 0,00				R\$ 19,73	R\$ 14,15	R\$ 24,05	NÃO UTILIZADO	R\$ 19,81
95	431608	551481	SONDA MILIMETRADA PCP 15MM EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. CÓDIGO BR 0431608	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 59,90	R\$ 65,90	R\$ 59,00				NÃO UTILIZADO	R\$ 61,60
96	436594	503299	SONDA NABERS - CÓDIGO BR 0436594	UND	5		R\$ 0,00	R\$ 37,80			R\$ 39,72	R\$ 36,42		NÃO UTILIZADO	R\$ 37,98
97	406292	562134	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL, PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC, PONTA FINA, MACIA, ATÓXICA, COLORIDO, VAZADA E COM ARAME EM AÇO ESPECIAL PARA FIXAÇÃO NA POSIÇÃO DESEJADA. PACOTE COM 20 UNIDADES CADA - BR 406292	PCT	100		R\$ 0,00	R\$ 19,90	R\$ 19,90	R\$ 25,38				NÃO UTILIZADO	R\$ 21,73

Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:	<p>1. A Pesquisa de Preços foi realizada observando o disposto na Instrução Normativa SEPLAG de número 002/2023;</p> <p>2. Priorizou-se a pesquisa em Banco de Preços, Paineis de Preços da Saúde, sítios eletrônicos e contratações similares de outros órgãos, contudo devido as características dos itens e a falta de lançamento das aquisições nas bases, não foi possível obter valores para todos os itens nestas;</p> <p>3. Os itens tachados foram reajustados pelo IPCA na coluna seguinte, sendo utilizado o valor atualizado;</p> <p>4. A metodologia utilizada para o cálculo do valor de referência foi a média aritmética dos preços pesquisados. No entendimento desta secretaria, este foi o método que melhor representa a realidade do mercado, pois leva em consideração a média de valores obtidos dentre as pesquisas.</p> <p>5. As pesquisas realizadas foram impressas e estão anexadas próximas a este Mapa Comparativo no processo, estão organizadas por ordem de item. As pesquisas realizadas no ComprasNet, BPS antigo e Painel de preços antigos foram iniciadas porém não foram impressas a partir de constatado que não possuem lançamentos destes itens, visando assim evitar gasto desnecessário de tempo e suprimento.</p>
	<p><u>Observações:</u></p> <p>Não utilizado - cotação não utilizada devido a estar vencida, com valor discrepante ou com descritivo que não comportam as especificações deste Edital.</p> <p>Não Localizado - Item não localizado na plataforma.</p>

Cascavel, 10 de abril de 2026

 Sílvia Alves de Oliveira do Nascimento Matrícula nº 24.785-2 Servidor(a) responsável pela pesquisa e determinação do preço de referência	 Lilian Schutz Matrícula nº. 30.551-01 Servidor(a) responsável pela pesquisa e determinação do preço de referência	 Aníbal Darder Secretário de Saúde
--	--	--

104



MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Gestão de Insumos

Portaria nº 49/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17.872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante à aquisição de Material odontológico para o atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Municipal, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 53765/2026.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO / LOTAÇÃO	ASSINATURA
Gestor	Tainah Aite da Silva	36.707-1	Agente Administrativa	
Suplente de Gestor	Cristiane Barden da Silva Ludgero	25.752-2	Atendente de Serviços em Saúde	
Fiscal	Shady A. Yassine	25.220-1	Dentista	
Suplente fiscal	Jaine Belloni de Assis	27.265-1	Enfermeira	

Cascavel/PR, 10 de abril de 2026.

Al H. Haidar
Secretário de Saúde